

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL
(Modalidade à Distância)**

Cristiane Führ

**DIAGNÓSTICO DA MIGRAÇÃO INTERNA NO MUNICÍPIO DE DERRUBADAS-
RS NO PERÍODO DE 1993-2010**

TRÊS PASSOS

2012

Cristiane Führ

**DIAGNÓSTICO DA MIGRAÇÃO INTERNA NO MUNICÍPIO DE DERRUBADAS-
RS NO PERÍODO DE 1993-2010**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Administração.

Orientador: Professor Luís Roque Klering

Coorientador: Professor Luciano José Martins Vieira

**TRÊS PASSOS
2012**

CRISTIANE FÜHR

**DIAGNÓSTICO DA MIGRAÇÃO INTERNA NO MUNICÍPIO DE DERRUBADAS-
RS NO PERÍODO DE 1993-2010**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Administração.

Aprovado em: Três Passos, 14 de maio de 2012.

Prof. (a) Andrea Wander Bonamigo
UFRGS

Prof. (a) Sueli Maria Goular Silva
UFRGS

Dedico este trabalho
ao meu esposo Inácio e aos meus lindos filhos Gabriel e Ariel,
minhas vidas, que nestes dois anos souberam transmitir amor,
carinho, compreensão e paciência em todos os momentos, mesmo quando
a privação fazia-se necessária para a realização das leituras, pesquisas,
tarefas e outras atividades do curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus filhos Gabriel e Ariel, que apesar da pouca idade souberam me entender sempre que necessário com muito amor e carinho para que fosse possível a realização do curso;

Agradeço ao meu esposo Inácio pelo companheirismo, compreensão, amor e incentivo nos momentos difíceis;

Agradeço aos meus pais Lúcia e Valmor (em memória), que me proporcionaram a base da Educação, demonstrando que a busca do conhecimento deve ser constante e que o aprender não acaba, é preciso sempre querer e buscar mais;

Agradeço a minha família pela compreensão, carinho, confiança e pelo apoio durante mais este percurso de minha vida;

Às famílias migratórias as quais se disponibilizaram em participar da realização da pesquisa, pela acolhida e pronto atendimento durante as entrevistas;

À Administração Municipal de Derrubadas-RS pela cooperação e pelos dados fornecidos na compreensão do presente estudo;

Em modo especial agradecer a Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul (URFGS), por oportunizar este curso na modalidade de ensino a distância, pela importância que o mesmo representa para o desenvolvimento regional das Gestões Municipais;

Também de modo especial agradecer aos professores, tutores e colegas do Pólo de Três Passos e demais Pólos, bem como a todos aqueles que participaram desta caminhada;

Por fim, de maneira muito especial e carinhosa aos professores orientadores Luís Roque Klering e Luciano José Martins Vieira, os quais me auxiliaram e me deram força e apoio durante o desenvolvimento desta pesquisa.

RESUMO

De acordo com a história e segundo diversos autores, a migração interna no Brasil é constante e ocorre por diversos fatores, como, por exemplo, busca de trabalho e melhor qualidade de vida, destacando-se neste processo os impactos das atividades econômicas e da globalização, questões demográficas e modernização da agricultura. Este trabalho tomou como objeto de estudo o município de Derrubadas-RS, com pessoas que migraram da zona rural para a zona urbana do município. O estudo tem o objetivo de identificar as causas da migração interna no município de Derrubadas-RS ocorridas no período de 1993 a 2010 e as suas consequências para a gestão pública municipal. Como estratégia metodológica adotou-se um estudo de caso com abordagem quali-quantitativa, onde a análise quantitativa recorreu a fontes como demonstrativos, relatórios e bancos de dados; e a análise qualitativa recorreu a entrevistas semi-estruturadas com pessoas migrantes. O estudo evidencia que os migrantes não se arrependem da decisão tomada, relatam enfrentamento de dificuldades logo após a migração, tendo atualmente, conquistado o nível de qualidade de vida que buscavam ao deixarem a zona rural, porém, sem apresentarem preocupações em relação a problemas futuros, tais como: urbanização, desemprego, entre outros. Identificou-se que o município de Derrubadas-RS está passando por uma fase de diminuição do contingente populacional, envelhecimento precoce da população e crescimento acelerado do número de idosos que estão migrando da zona rural para a cidade, sendo que esta situação acentuou-se desde a sua emancipação política-administrativa, acarretando em dificuldade para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Diagnóstico populacional. Planejamento urbano. Migração Interna. Qualidade de vida.

ABSTRACT

According to the story and various authors, internal migration in Brazil is constant and occurs due to many factors, for example, job search and better quality of life, especially in this case the impacts of economic activities, globalization, demographic issues and modernization of agriculture. This study examines the study of the city of Derrubadas-RS, with people who migrated from the rural to the urban area. The study aims to identify the causes of internal migration in the city of Derrubadas-RS during the period 1993 to 2010 and its consequences for the municipal public administration. As a methodological strategy we adopted a case study with qualitative and quantitative approach, where quantitative analysis relied on data sources such as statements, reports and databases, and the qualitative analysis made use of semi-structured interviews with migrants. The study shows that migrants do not regret the decision, report facing difficulties after the migration, currently having achieved a level of quality of life seeking to leave the countryside, but showing no concerns about future problems, such as urbanization, unemployment, among others. It was found that the city of Derrubadas-RS is going through a phase of decrease in the overall population, aging population and rapidly growing number of elderly who are migrating from rural areas to the city, and this situation has arisen since their emancipation administrative policy, resulting in difficulty for local development.

Keywords: Diagnosis population. Urban planning. Internal Migration. Quality of life.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da população no município de Derrubadas-RS no período de 1993 a 2010.....	12
Tabela 2 - IDESE do município de Derrubadas-RS.	39
Tabela 3 – Dados gerais dos Entrevistados no decorrer da pesquisa.....	44
Tabela 4 – Sugestões de Políticas e Ações para a mitigação do fenômeno migratório.	55

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Derrubadas e sua localização no Estado.....	30
Figura 2. Balsas no Rio Uruguai na década de 1930. Derrubadas-RS..	32
Figura 3 Mapa do Município de Derrubadas-RS, com suas divisões e limites.....	34
Figura 4 Sede do Município de Derrubadas-RS, foto aérea.....	35
Figura 5- Total de propriedades rurais no município de Derrubadas-RS em número e por percentual.	38
Figura 6 – Evolução da população no município de Derrubadas - RS no período de 1992 a 2010.....	39
Figura 7- Gráfico geral dos entrevistados	44

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	10
1.2. PROBLEMA DE PESQUISA.....	12
1.3. OBJETIVOS	13
1.3.1. <i>Objetivo Geral</i>	13
1.4. JUSTIFICATIVA	14
1.5. HIPÓTESES	14
2. QUADRO TEÓRICO	15
2.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO SETOR PÚBLICO	15
2.1.1 <i>Conceituação</i>	15
2.1.1 <i>Breve histórico</i>	18
2.1.2 <i>Perspectivas conceituais</i>	19
2.2. DIAGNÓSTICO	21
2.3. POPULAÇÃO, MIGRAÇÃO E URBANIZAÇÃO	24
3. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA, GEOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE DERRUBADAS-RS.....	30
3.1 HISTÓRIA.....	31
3.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS	34
3.3 SOCIOECONOMIA.....	36
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	40
4.1 TIPO DE ESTUDO	40
4.2 CAMPO DE ESTUDO.....	41
4.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA	41
4.4 COLETA DE DADOS	42
5 MIGRAÇÃO INTERNA NO MUNICÍPIO DE DERRUBADAS-RS NO PERÍODO DE 1993 A 2010... 43	43
5.1 CAUSAS DA MIGRAÇÃO INTERNA NO MUNICÍPIO DE DERRUBADAS	45
5.2 CONSEQÜÊNCIAS DA MIGRAÇÃO INTERNA	49
5.3 AÇÕES REALIZADAS PELAS GESTÕES MUNICIPAIS PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO MIGRATÓRIA.....	51
5.4 AÇÕES PARA PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO NA ZONA RURAL.....	52
5.5 SUGESTÕES DE POLÍTICAS E AÇÕES PARA MITIGAR O FENÔMENO MIGRATÓRIO.....	54
CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICES.....	63
APÊNDICE A – ENTREVISTA.....	64
ANEXOS	66
ANEXO A – LEI MUNICIPAL Nº 833/2009	67
ANEXO B – DECRETO MUNICIPAL Nº 012/2010.....	69

1. INTRODUÇÃO

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Planejar antes de agir, tomar decisões e direções, significa pensar, porém, pensar com estratégia e método. Segundo Carlos Matus (1989), o planejamento pode ser entendido como um processo contínuo de reflexão e análise para posterior realização de escolhas de alternativas que possibilitem que sejam alcançados os resultados desejados para o futuro.

Nesta direção surge a ferramenta do Planejamento Estratégico, com o objetivo de orientar e reorientar, desenvolver estratégias para nortear e guiar a gestão municipal a obter desempenho e futuramente colher um resultado melhor, pois não existe um único modelo de planejamento estratégico, mas existem vários modelos, e é preciso que a gestão encontre o modelo que melhor se adapte à sua realidade. Assim, Costa (2011 apud REZENDE, 2006) define o Planejamento Estratégico Municipal como um instrumento de gerenciamento que apresenta o propósito de tornar o trabalho de uma cidade ou prefeitura eficiente, diminuindo as indecisões e ampliando o favorecimento às transformações econômicas, sociais e políticas, tratando a multiplicidade com coerência, buscando o consenso entre os diversos atores da sociedade.

Desta forma, destaca-se a importância da realização de um diagnóstico, que de acordo com os autores Santos e Cardoso (2001) é de fundamental importância para o planejamento estratégico na Gestão Pública, pois é no diagnóstico inicial, a partir do cenário em que se encontra e com base nele, que se definem as diretrizes para a formulação do tipo de política pública necessária. Ainda, segundo os autores, a partir dos dados levantados pelo diagnóstico é que se tomam as decisões e se apresentam alternativas de planejamento, ação e avaliação de custos e benefícios das políticas públicas adotadas, para posteriormente dar início à realização do monitoramento e avaliação dos resultados obtidos em relação ao que se esperava e o que se planejou inicialmente.

Seguindo o pensamento acima, Ferreira et al. (2005, p. 37) reafirmam a importância de um diagnóstico, servindo ele como ferramenta de apoio para o planejamento estratégico:

O diagnóstico estratégico é o primeiro passo do processo de planejamento e é através dele que a organização irá obter informações norteando o seu direcionamento estratégico. O diagnóstico capta e mantém atualizado o conhecimento da empresa em relação ao ambiente e a si própria, visando identificar e monitorar as variáveis competitivas que lhes afetam. É com base no diagnóstico estratégico que a empresa irá se antecipar às mudanças e preparar-se para agir em seus ambientes externos e internos (FERREIRA et al. 2005, p. 37)

O município foi criado através da Lei Estadual nº 9576/92 de 20 de março de 1992, possui uma área de 363,40 Km² sendo que 174 Km² são ocupados pelo Parque Florestal Estadual do Turvo; está localizado na região noroeste do Rio Grande do Sul, situa-se a uma distância de 498 km da capital do estado. A população é de 3.190 habitantes, segundo censo de 2010. O município faz limites ao norte com a República da Argentina e o estado de Santa Catarina, ao sul com o município de Tenente Portela, a leste com os municípios de Barra do Guarita e Tenente Portela, a oeste com o município de Três Passos e Esperança do Sul.

O IDESE (2006) – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (da Fundação de Economia e Estatística do RS) do município de Derrubadas-RS apresenta-se em uma posição média-baixa no contexto dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, com índice igual a 0,603.

Considerando que a migração interna no município de Derrubadas-RS, na última década, tem apresentado uma progressiva elevação no percentual de pessoas que migram da área rural para a área urbana, apresenta-se relevante retroceder historicamente, analisando desde sua emancipação política administrativa em 1993, quando a população urbana era de aproximadamente 684 habitantes (segundo estimativa da época), tendo a população urbana aumentado para 786 em 2000, (conforme Censo do IBGE de 2001), evidenciando-se assim um aumento da população urbana resultante da migração interna. No período de 2000 a 2010, segundo os censos do IBGE, a migração interna continuou constante conforme demonstrado na Tabela 1 abaixo, onde a população urbana no ano de 2000 era num percentual de 21,16%, tendo aumentado para 28,24% em 2010. Ainda de acordo com a tabela 1 abaixo, percebe-se que de 1993 a 2010 o percentual da população rural do município em relação à população total diminuiu 13,14%.

A migração interna no município é visível, onde se destaca o envelhecimento da população rural, ou seja, o abandono do campo por parte dos filhos que vão estudar ou trabalhar em outras regiões do estado e do país, “força” as pessoas idosas a migrarem para a cidade, por incapacidade de trabalharem na zona rural, ou por condições de saúde, ou pela descapitalização. Esse abandono ocasiona a venda da propriedade rural, geralmente para produtores com melhor capacidade financeira, ocasionando assim também o aumento da

concentração fundiária no município. Constata-se, também, uma necessidade, por parte do poder público, de investimentos em urbanização para atender e alocar as famílias migrantes, onde estes investimentos poderiam ser mais bem aplicados no meio rural, pois, a maioria das pessoas já possuem uma infraestrutura básica em suas propriedades.

Tabela 1 – Evolução da população no município de Derrubadas-RS no período de 1993 a 2010.

<i>Ano</i>	<i>População total</i>	<i>Urbana</i>		<i>Rural</i>	
		Habitantes	%	Habitantes	%
1993	4529	684	15,10	3845	84,90
1996	4025	-	-	-	-
2000	3713	786	21,16	2927	78,84
2010	3190	901	28,24	2289	71,76

Fonte: adaptado de IBGE - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Censo Municipal do Município de Derrubadas-RS, 1993.

Dando continuidade à linha de pensamento acima, verifica-se a importância de um diagnóstico inicial das causas e consequências da migração interna no município de Derrubadas-RS, podendo este servir de base inicial para proposição de políticas públicas e planejamento estratégico pela administração municipal. A inexistência do diagnóstico no município, no mínimo dificulta o conhecimento da realidade local e pode levar à ineficácia do planejamento e das políticas públicas aplicadas, pois é notável a constante variação da migração interna, preocupando pessoas ligadas à gestão municipal quanto ao futuro da população local e é neste propósito que o desenvolvimento do diagnóstico procurará mapear a situação e disponibilizar para o conhecimento do gestor municipal.

1.2. PROBLEMA DE PESQUISA

Por que a migração interna no município de Derrubadas-RS, do meio rural para o urbano, aumentou de 1993 até 2010? Quais as consequências desse processo de urbanização?

1.3. OBJETIVOS

Para melhor entendimento do tema da pesquisa, optou-se por dividir os objetivos em objetivo geral e objetivos específicos, onde no objetivo geral é proposto identificar as causas e consequências da migração interna no município de Derrubadas-RS, sendo mais bem detalhado nos objetivos específicos, identificando também ações realizadas para permanência da população no meio rural e atendimento das necessidades da população migratória.

1.3.1. Objetivo Geral

Identificar as causas da migração interna no município de Derrubadas-RS ocorridas no período de 1993 a 2010 e as suas consequências para a gestão pública municipal.

1.3.2 Objetivos Específicos

I - Conhecer as causas da migração interna no município de Derrubadas-RS.

II – Investigar as consequências provocadas pela migração interna nas famílias migratórias.

III – Identificar as ações realizadas pelas gestões municipais no período de 1993 até 2010 para atender às necessidades básicas da população migratória.

IV – Identificar as ações realizadas pelo Poder Executivo municipal para que a população permaneça no meio rural.

V – Propor políticas e ações que possam mitigar o fenômeno migratório do município.

1.4. JUSTIFICATIVA

Considerando que a migração interna no município de Derrubadas-RS, na última década, tem apresentado uma progressiva elevação no percentual de pessoas que migram da área rural para a área urbana, e diante da inexistência de estudos anteriores, justifica-se relevante estudar o tema e realizar um diagnóstico das causas e consequências desta migração, servindo, assim, o diagnóstico de apoio ao planejamento de políticas públicas para a diminuição desta migração, para o oferecimento de condições básicas gerais para a população migratória, assim como políticas de sustentabilidade e fixação da população rural.

As políticas públicas para a diminuição e possível estancamento da migração interna podem estar relacionadas a ações de melhorias habitacionais, diversificação da produção agropecuária, descentralização do Programa da Saúde da Família, formação e assistência técnica para jovens agricultores visando sua fixação no meio rural, promoção e interação social e cultural no meio rural, implantação de agroindústrias, entre outras.

1.5. HIPÓTESES

O estudo aponta para a hipótese de a migração estar ocorrendo devido à descapitalização dos produtores rurais, à maior eficiência do modelo de agricultura mais extensiva, praticando a monocultura, à pressão pela concentração fundiária, ao envelhecimento da população e sua impossibilidade de continuação na atividade, bem como à maior facilidade de acesso na cidade a serviços de saúde, educação, sociais, religião, etc.

2. QUADRO TEÓRICO

Para dar compreensão do tema da pesquisa cabem algumas considerações e conceituações sobre planejamento estratégico no setor público, características da etapa de diagnóstico e migração interna no Brasil.

2.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO SETOR PÚBLICO

2.1.1 Conceituação

Para compreender o significado de planejamento estratégico busca-se, inicialmente, fazer uma breve análise do conceito de planejamento, que, segundo Business Dictionary (2011), constitui-se como uma das mais importantes responsabilidades de uma organização, consistindo no processo de formulação de objetivos de curto e longo prazo, de criar e monitorar estratégias, bem como de atingir os objetivos desejados. Em outras palavras, todo o processo de planejamento apresenta um plano e este, por sua vez, é basicamente o processo de previsão.

Matus (1989 *apud* CAMPOS, 2005) descreve que o planejamento apresenta como sua principal filosofia a de dimensionar os diferentes instrumentos de ação de acordo com os objetivos propostos. Ressalta, ainda, que os orçamentos públicos e os parâmetros da legislação econômica devem ser fixados de acordo com o propósito de atender os objetivos estabelecidos pelas organizações públicas. O papel fundamental do planejamento é o de exercer caráter pró-ativo em todas as ações decorrentes dos relacionamentos das organizações com seus públicos, pois, através deste, torna-se possível realizar projeções e prognósticos, prever eventuais comportamentos e reações do público perante algumas decisões e atitudes tomadas pelo gestor. Diante disso, Campos (2005) diz:

Logo, o processo do planejamento não pode engessar a realidade, mas pressupõe-se que é elaborado por sujeitos que pensam, refletem e assumem escolhas, possuem uma visão de mundo, uma concepção de estado, sociedade, homem e no campo da educação, pressupõe um pensamento sobre educação. Neste sentido, o planejamento não deve predizer o futuro, mas é útil na medida em que aponta para o futuro, como instrumento de liberdade (CAMPOS, 2005, p.4).

Assim, faz-se necessário abordar uma das ferramentas que apresenta grande importância para a gestão pública, o planejamento estratégico, que Almeida (2003) conceitua como sendo uma técnica administrativa com potencialidade de organizar as ideias das pessoas, possibilitando criar uma ampla visão, ordenando as ações sem desperdiçar esforços e também corresponde à tomada de um conjunto de providências a serem tomadas para que o futuro seja diferente do passado.

O planejamento estratégico na visão de Oliveira (2008, p.4), não pode ser entendido como a solução para todos os problemas existentes numa gestão, mas apresenta habilidades para corresponder ao estabelecimento de um conjunto de providências que o executivo tomará em situações em que o futuro tende a ser diferente do passado, podendo a decisão ocorrer antes, durante e depois de sua elaboração. E sendo assim, os gestores devem cada vez mais perceber que o maior desafio é obter e manter alta eficácia e efetividade nas ações desenvolvidas, orientando-se pelos objetivos e aceitando a cobrança feita pelos cidadãos quanto aos resultados sociais apresentados a população.

Segundo Motta (2004, p.92):

O produto do planejamento estratégico não é um plano, nem um conjunto de planilhas e tabelas, nem mesmo uma nova metodologia de análise. O produto do planejamento estratégico são resultados compatíveis com a missão e objetivos organizacionais. (...) o planejamento estratégico nasceu para estabelecer um sentido de direção, e não para implantar mais burocracia (MOTTA, 2004, p. 92).

Meirelles (1995) refere que é impossível definir um modelo universal, cada organização precisará encontrar a melhor forma para a implantação e institucionalização das ações do planejamento estratégico, considerando a cultura, os valores e as experiências já vivenciadas. A organização e sua postura estratégica devem relacionar-se diretamente com o ambiente onde se encontra inserida e também com o público relevante, independentemente da posição.

O planejamento estratégico municipal, segundo Rezende (2006, p. 91) é um processo dinâmico, interativo e participativo que possibilita a determinação dos objetivos, estratégias e ações do município. Sua elaboração ocorre através de diferentes e complementares técnicas administrativas, totalizando o envolvimento dos atores sociais, ou seja, os munícipes e os gestores interessados. Sua formalização possibilita articular políticas

públicas, desenvolvendo qualidade de vida à população, pois aborda aspectos sociais, econômicos e territoriais, através de ações participativas e contínuas para o desenvolvimento do município no presente e no futuro.

Costa (2011) defende a ideia de que o planejamento estratégico municipal é um instrumento de gerenciamento e, como qualquer outro, possui o propósito de: transformar a gestão de um município ou cidade, tornando-a mais eficiente. No desenvolvimento local, o enfoque estratégico diminui as indecisões, favorecendo as transformações econômicas, sociais e políticas para tratar coerentemente a multiplicidade e diversidade de iniciativas sobre o município, possibilitando, desta forma, buscar um consenso entre os diversos atores sociais, principalmente os governantes, com o propósito de conquistar um futuro desejável e factível.

Já segundo Lopes (1998), este tipo de planejamento apresenta, como seu objetivo principal, a coordenação de diversos níveis e funções estratégicas de uma cidade em forma de um projeto global, considerando como processos importantes neste desenvolvimento a missão, as estratégias, o orçamento e o controle dos objetivos das ações municipais estabelecidas.

E Motta (2004) conclui dizendo que, por sua vez, o planejamento estratégico de uma cidade é uma forma de aprendizado sobre as demandas, as necessidades externas e principalmente a capacidade da administração municipal obter respostas coerentes e verdadeiras, para posteriormente revelar expectativas e referências de valor, sendo estas essenciais a uma equipe de trabalho.

De acordo com Rosso (2011, p. 56-57), a revolução russa em 1917 e a crise econômica de 1929 constituem ações concretas na história do planejamento no setor público. A revolução russa proporcionou a aplicação do planejamento governamental centralizado, onde os planos eram quinquenais e de responsabilidade do Estado. Por sua vez, a crise mundo capitalista, em 1929, evidenciou o enfraquecimento da hegemonia do pensamento liberal e do “Estado mínimo”, passando a favorecer as ideias keynesianas sobre a intervenção do Estado nas áreas sociais e na economia. Desta forma, o papel do Estado obteve crescimento nos países capitalistas e latino-americanos, principalmente após a ocorrência da Segunda Guerra mundial.

Rosso (2011) refere, ainda que o planejamento governamental na América Latina constituíram tentativas de superação do atraso econômico e social, procurando-se formular novas teorias para explicar o subdesenvolvimento e ao mesmo tempo propor incentivo para a

prática do planejamento. No Brasil, várias atividades ligadas à economia foram assumidas pelo Estado, sendo que o desenvolvimento industrial foi o de maior relevância naquela época.

Matias-Pereira (2009, p. 119), descreve o planejamento governamental como:

O Estado tem a função explícita de planejamento. O planejamento governamental, portanto além de um instrumento de ação pública, deve ser visto como uma imposição constitucional. Isso está explícito na Constituição Federal de 1988, por meio de vários dispositivos, que lhe conferem caráter imperativo, ao estabelecer a obrigatoriedade de formulação de planos, de forma ordenada e sequencial, para viabilizar o alcance dos objetivos previamente estabelecimentos, que buscam o atingimento do progresso econômico e social (MATIAS-PEREIRA, 2009, p. 119).

2.1.1 Breve histórico

A história do planejamento estratégico passou pela atuação do Estado e principalmente pelo estamento militar, onde as estratégias pré-definidas estabeleciam planos que posteriormente se transformavam em ações no decorrer do desenvolvimento das operações.

Rosso (2011, p. 57) refere que primeira tentativa de planejamento no Brasil aconteceu no século XIX através do plano de Viação. As iniciativas de planejamento com maior abrangência surgiram em 1930. Desta década até hoje é possível distingui-las em quatro fases: caráter orçamentário nas décadas de 30 e 40; caráter desenvolvimentista décadas de 50, 60 e 70; estabilização econômica em 80 e início de 90; no final da década de 90 o plano plurianual – PPA, permitindo que o planejamento fosse retomado.

O autor, baseado em Lima (2010), salienta que nas décadas de 80 e 90 o Governo brasileiro abandonou a prática do planejamento, devido às dificuldades econômicas que o país estava passando no momento.

É generalizado, entre os dirigentes e quadros técnicos de instituições do Setor Público - e mesmo de Organizações Não Governamentais - um certo sentimento de frustração com o desprestígio que, nos últimos anos, acometeu o Planejamento, como ferramenta de Governo e Gestão, em resposta aos padrões de eficácia esperados e crescentemente exigidos pela Sociedade. Como testemunho desta afirmação vale recordar a manifestação recente de um integrante do primeiro escalão da atual Administração Federal, opinando publicamente que, nos últimos dez anos, o País viveu um prolongado “apagão de planejamento” (ROSSO, 2011, p.58 apud LIMA, 2010, p.2).

2.1.2 Perspectivas conceituais

O planejamento estratégico pode ser caracterizado e conceituado por inúmeros fatores, mas, para Costa (2011) existem quatro perspectivas, sendo estas, identificadas como básicas e fundamentais para o desenvolvimento das definições.

A primeira perspectiva refere-se que o planejamento estratégico atua com as consequências futuras, com causas e efeitos a partir de uma decisão efetuada pelo gestor ou até mesmo com análises de ações que vislumbram o futuro. Desta forma, ao serem realizadas as escolhas entre as alternativas previstas, as mesmas se caracterizam como base para posterior tomada de decisão. De acordo com o autor, a essência do planejamento estratégico é a identificação sistemática de oportunidades e ameaças futuras, que posteriormente devem ser analisadas, formando uma base para que as melhores escolhas de procedimentos sejam feitas, bem como, exploradas as oportunidades e evitadas as ameaças. Assim, segundo Steiner, é através do planejamento que se torna possível desenhar um futuro desejado, identificando os caminhos que se almeja alcançar.

O planejamento estratégico frente à segunda perspectiva definida por Costa (2011) surge no momento em que fora estabelecido os objetivos e as políticas a serem utilizadas. Com esta definição, se dá continuidade ao processo através de planos detalhados que poderão assegurar a aplicação das estratégias e posteriormente atingir os objetivos. Sendo assim, é possível perceber um conjunto de procedimentos onde ocorre a decisão prévia de que tipo de esforço será empregado, ou seja, “quando, como, quem irá executar” e também como se procederá a destinação dos resultados obtidos. Quando o planejamento estabelece planos para um determinado período, há a necessidade de concebê-lo como um processo permanente, pois, no ambiente são contínuas as mudanças. Diante disso, a sugestão não é mudar o planejamento todos os dias, mas pensar sobre este planejamento continuamente, realizando ajustes nas ações sempre que houver necessidade.

Referente à terceira perspectiva, Costa (2011), defende que o planejamento estratégico é uma atitude, a qual necessita de dedicação para agir futuramente, e determinação para desenvolver o ato de planejar frequentemente. Seguindo esta forma de entendimento, o autor define planejamento estratégico, como um processo de pensamento, um exercício intelectual, e não o estabelecimento de prescrição de processos, procedimentos, estruturas ou

técnicas, pois, para obter os melhores resultados, é necessário fazer o planejamento com dedicação e acreditar no seu resultado.

Na quarta e última perspectiva, o autor segue definindo sua linha de pensamento, onde diz que, o sistema de planejamento estratégico faz a união de três grandes tipos de planos, os quais são identificados como: planos estratégicos, programas de médio prazo, e orçamentos e operações de curto prazo. Segundo ele, estas divisões descentralizadas devem manter a união das conexões em todos os planos elaborados. É por intermédio destas conexões, que as estratégias dos gestores poderão acontecer e alcançar sucesso através de planos. Estes planos constam no planejamento estratégico, sendo nada menos que estabelecimento de propósitos, objetivos, metas, políticas e estratégias que juntos formam a base sólida para o desenvolvimento.

Costa (2011) conclui sua linha de pensamento sobre as perspectivas do planejamento estratégico, afirmando que:

- as decisões futuras não podem ser feitas no presente;
- todo e qualquer plano não é imutável, podendo ser utilizado sem alteração alguma por um longo período;
- o planejamento, depois de elaborado deve ser flexível, passível de alterações, sendo estas de acordo com as mudanças ocorridas no ambiente;
- o planejamento estratégico não deve ser realizado somente como uma simples agregação de planos funcionais, ou até mesmo extrapolação de orçamentos, mas sim, como uma oportunidade de organização e planejamento para alcançar as necessidades e sonhos de uma população local, como por exemplo, município.
- todo planejamento estratégico deve ser analisado, avaliado, repensado e alterado continuamente.

Acrescenta Baile (1998) que o planejamento estratégico aumenta a eficiência e a efetividade em uma gestão, fornecendo ainda, o gerenciamento de visão do futuro, determinação perante as novas oportunidades do ambiente local, estabelecem objetivos, metas, atividades propostas, bem como método de acompanhamento e avaliação do que foi planejado e se está concretizando-se.

Para Matus (1989, p. 172):

Governar é, cada vez, um problema mais complexo. E mais complexo ainda é governar com democracia. O líder que governa na direção do progresso social enfrenta exigências maiores do que aquele que só aspira, no governo, manter sob controle a magnitude dos problemas. De maneira que, ante os objetivos menores, tem ele, além do mais, menores restrições. (MATUS, 1989 p.172).

2.2. DIAGNÓSTICO

É relevante para o entendimento deste quadro teórico, discorrer sobre a conceituação/definição de diagnóstico que, segundo Matus (1996, p. 577), citado por Dagnino, (2009, p. 102, 103) entende-se diagnóstico como sendo uma forma de explicar a realidade sobre a qual se pretende atuar e mudar, ou seja, o que foi, o que é, e o que tende a ser futuramente.

Complementa Granja 2010, que diagnóstico pode ser definido como:

O diagnóstico consiste em um conjunto de informações sobre a comunidade, o qual abarque todas as suas dimensões: constituição histórica, aspectos físico-geográficos, indicadores demográficos, econômicos e sociais, disponibilidade de equipamentos e serviços públicos, entre outros (GRANJA, 2010, P. 60).

O diagnóstico possibilita mapear e explicar a realidade sobre a qual se quer conhecer, atuar e sugerir mudanças. É um processo e não um resultado, processo este que consiste em dirigir e direcionar todo um sistema, decidindo posteriormente o que fazer. Para a realização deste, pode-se utilizar como ferramentas: entrevistas, reuniões de grupos, observação, histórias escritas, oficinas de trabalho e ou processamento de problemas, audiovisuais, debates, biomapas, entre outros. Diante disso, pode-se dizer que o diagnóstico precisa ser composto através de várias ferramentas e olhares (apreciações situacionais dos diversos atores) para que assim seja possível expressar as diferentes leituras daquela realidade que se quer identificar e mudar.

Granja (2010, p. 60-61), explana que o diagnóstico realiza um mapa da situação e conhecimento daquela situação que se pretende pesquisar. Este mapa pode ser considerado, para todos os efeitos como sendo um modelo descritivo de uma realidade complexa, onde em um momento posterior, poderão ser elaboradas políticas públicas especificamente voltadas a atender e alterar a atual configuração descrita. Mas não é somente isto, é necessário também

explicar a situação, entender o porquê, suas causas e consequências. O levantamento detalhado é importante e rico para a compreensão da situação e a análise da problemática.

Segue o autor abordando sobre a importância do chamado processo de diagnóstico compartilhado, ou seja, a união das pessoas que realizam o diagnóstico com aquelas que estão envolvidas à área que está sendo diagnosticada, pois, este envolvimento é importantíssimo para a etapa seguinte ao diagnóstico, a do desenvolvimento do plano de ação.

O processo de diagnosticar uma determinada situação pode passar por momentos de resistência pelas pessoas envolvidas e que teme a mudanças, a experimentar o novo, identificar falhas e problemas. Desta forma, o autor dá continuidade, relatando que o diagnóstico cria condições de profundo descongelamento entre as pessoas, proporcionando reuni-las para realização de discussão referente à sua área de trabalho, departamento ou secretaria, sendo estes aspectos muito pouco realizados anteriormente. A troca de ideias, diálogos e análise frequentes, proporcionam a identificação dos problemas existentes e que antes não eram identificados. Então, diagnosticar os problemas como problemas é o primeiro passo.

Ainda, com base nas bibliografias pesquisadas e citadas até o momento, percebe-se que há três razões que podem ser identificadas e que justificam a importância da realização de um diagnóstico no município. A primeira seria a necessidade de mapear e identificar problemas existentes na gestão, e conseqüentemente destacá-los para os gestores, possibilitando assim, a tomada de decisões frente à situação, bem como, proporcionar condições para enfrentar desafios e obstáculos quando e se surgir. Outra razão é a condição de perceber e entender as implicações futuras, que poderão surgir através da elaboração de propostas e ações desenvolvidas pelo gestor, ou seja, a preparação deste para que ocorra uma boa administração. A última razão é a importância e a necessidade da utilização do planejamento no setor público após a realização do diagnóstico, possibilitando desta forma a existência de organização e coordenação das atividades desenvolvidas, pois, o planejamento estratégico municipal proporciona momentos de preparação e conscientização, bem como, a estruturação da equipe de profissionais.

Segundo IBGE (2006) é fundamental diagnosticar a dimensão social da população e os índices de desenvolvimento, que correspondem aos objetivos ligados à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e também justiça social, sendo que a abrangência dos temas como: população, educação, saúde, habitação e segurança devem ser mapeados e diagnosticados frequentemente pelos gestores, possibilitando desta forma, que

estes sejam conhecedores da situação em que se encontra o seu município, ou seja, nos tempos atuais não pode mais ser permitido gestores administrar uma população no “escuro”, fazer de conta que está tudo bem, que tudo está certo da forma em que está sendo administrado. Ressalta-se ainda, que a população está se “acordando”, apresenta-se mais atualizada e atuante diante aos seus direitos, a participação popular está desencadeando este processo, de uma forma lenta, mas continua, cita-se como um exemplo simples desta realidade, a participação no levantamento do IBGE, onde as respostas não são omitidas e sim de acordo com a real situação vivida no momento.

Motta (2003, p. 371), afirma não existir um leque de possibilidades, mas menciona sobre uma oportunidade com a possibilidade de ser pela comunidade. Na maioria das vezes a comunidade, não possui os conhecimentos mínimos e habilidades necessários à participação, porém isto não impede sua participação e atuação no processo, pois, os conhecimentos e habilidades são frutos adquiridos através das experiências vivenciadas. Sendo assim, o autor conclui afirmando que é participando que se consegue aprender a participar e entender o processo de construção.

Rosso (2011, p.51-52) diz que o diagnóstico pode ser definido como conjunto de todos os fenômenos ambientais externos, fenômenos estes que devem ser avaliados em todo e qualquer tipo de diagnóstico, pois, conhecer o ambiente que se pretende diagnosticar é fundamental e essencial para o pleno desenvolvimento do mapeamento local. Diante disso, julga-se importante destacar que o autor entende que o ambiente organizacional divide-se como externo e interno:

a) ambiente externo – o ambiente externo é conhecido como diagnóstico estratégico ou então auditoria de posição, sua análise procura identificar os principais componentes ambientais, avaliando-os em oportunidades e ameaças, representadas pela capacidade que a organização possui para alcançar suas metas propostas.

b) ambiente interno – este é representado por um conjunto de recursos que se encontram a disposição da organização, concentrando-se nos pontos fortes (variáveis internas e controláveis que oferecem condições favoráveis á organização) e fracos (são as variáveis internas e controláveis capazes de desencadear condições desfavoráveis para a organização). Destes recursos destacam-se os recursos humanos, onde inclui-se as experiências, as capacidades, os conhecimentos; recursos organizacionais, composto por sistemas, processos, estratégias e cultura; recursos físicos, organizado pelas instalações, localização e rede de distribuição.

Complementa Oliveira (2002), que através da realização de um diagnóstico organizacional torna-se possível indicar as ameaças e as oportunidades, como também, os pontos fracos e os pontos fortes, ou seja, traçar o perfil da organização em seu contexto econômico, político e social. Com a realização do mapeamento do ambiente é que uma organização conseguirá realizar avaliação da real situação, definir sua missão e visão, rever os valores corporativos, entender filosoficamente e politicamente a situação, estabelecer objetivos e metas, desenvolver planos emergenciais, definir orçamento e implantar as ações. Complementa ainda, que resumidamente estas são as principais etapas para o estabelecimento e realização de um bom planejamento estratégico, ou seja, diagnóstico e planejamento estratégico andam justos, um depende do outro para a eficácia da gestão.

2.3. POPULAÇÃO, MIGRAÇÃO E URBANIZAÇÃO

Após estudo realizado sobre planejamento estratégico no setor público e as características de diagnóstico, faz-se necessário, também, conceituar e apresentar outros aspectos relevantes. Para melhor entendimento do tema estudado serão explanados conceitos e considerações de temas como: população, migração e urbanização, com a finalidade de proporcionar uma maior compreensão do estudo proposto.

Sene e Moreira (1998) caracterizam população como um conjunto de pessoas residentes em um território, podendo ser uma cidade, estado ou país, podendo ser classificada segundo sua religião, nacionalidade, local de moradia (urbana ou rural), de acordo com sua atividade econômica, onde seu comportamento e sua condição de vida estão retratados pelos indicadores sociais como: taxa de natalidade, mortalidade, expectativa de vida, índices de analfabetismo e renda, entre outros.

Garcia e Garavello (2005, p. 154), conceituam migração como uma palavra vinda do latim que significa “ir de um lugar para outro”, ou seja, é o deslocamento que um indivíduo ou grupo de pessoas realiza, se deslocando de um lugar para outro, para fixar residência ou viver, estas pessoas são denominadas de migrantes.

Na definição de Ferreira, (2001, p.495), “migração – termo que designa a passagem de indivíduos de uma região para outra ou até de um país para outro, ou seja, significa migrar”. O IMDH (Instituto Migrações e Direitos Humanos) complementa:

A migração é um fenômeno antigo e que se repete, com variada frequência e intensidade, ao longo da história. Os grandes movimentos migratórios ocorridos em outras épocas tiveram sua causa nas invasões, conquistas, êxodos, mudanças sazonais, fome, superpopulação de determinadas regiões, entre outras (IMDH, 2011, p. 03).

Os autores Sene e Moreira (1998) referenciam também os movimentos migratórios populacionais que podem ser espontâneos, controlados ou forçados, tipos estes existentes no mundo e amplamente observados. Estes deslocamentos, segundo os autores, trazem consequências demográficas como o aumento do número de habitantes nas áreas de atração, diminuição nas áreas de repulsão e também consequências culturais, onde, estas costumam ser positivas com o enriquecimento dos valores, como língua, religião, culinária, arquitetura, artes, entre outros.

Segundo Führ, (2005, p. 09), “os movimentos migratórios são história constante no mundo. As populações se deslocam por diversos motivos, como por exemplo, fugir de guerras, perseguições, ou simplesmente em busca de melhores condições de vida. No Brasil, a migração também se tornou constante em busca de trabalho e oportunidade de melhor qualidade de vida, retratando situações de miséria e pobreza do país”.

Almeida e Rigolin (2005) mencionam que a migração interna ou mobilidade espacial populacional é um dos traços marcantes da população brasileira. Os autores demonstram que as migrações internas no Brasil se caracterizam por dois tipos: a migração intra-regional, onde a migração de pessoas ocorre dentro de uma mesma região, exemplificando as migrações de pessoas do interior para as capitais dos estados e a migração de pessoas das metrópoles para cidades médias do próprio estado; outra caracterização é a migração inter-regional, onde as migrações de pessoas se dão entre regiões do Brasil, sendo a mais típica e quantitativamente mais expressiva transferência populacional interna do Brasil.

Em um recorte municipal, um modelo de migração, que se intensificou nas últimas décadas, é a migração do campo para a cidade, o conhecido êxodo rural, favorecido pelo o modelo econômico que premia aos grandes latifundiários e a mecanização das atividades agrícolas, expulsando a população do campo para a cidade.

Os movimentos internos no Brasil, Segundo Sene e Moreira (1998), tiveram como motivo principal o aspecto econômico, pois as correntes populacionais se movimentavam de

acordo com a atividade econômica crescente de uma região, exemplo do ciclo da cana-de-açúcar no nordeste, depois do ouro em Minas Gerais, ciclo do café, ciclo da industrialização no Sudeste do Brasil e mais recentemente a expansão da fronteira agrícola no centro-oeste e norte do país.

As migrações têm, segundo Oliveira e Oliveira (2011, p. 40-47), se configurado pelas diversas regiões do país, surgidas “de atividades econômicas complexas que se articulam com atividades agrícolas e industriais diversificadas, com infraestruturas sofisticadas para produção, armazenagem, distribuição e circulação de produtos e serviços”. Essas migrações tomam a forma de aglomerações urbanas, áreas de agricultura, expansão agrícola, exploração mineral e ainda, centros urbanos isolados. A mudança do padrão de acumulação de capital e a circulação de bens e serviços levou a internacionalização da economia e reestruturação produtiva, a precarização do mercado de trabalho e a flexibilização nos contratos de trabalho, reorientando a localização das atividades econômicas e a circulação da força de trabalho no espaço.

Neste contexto, o IMDH, 2011, p. 03, caracteriza os movimentos migratórios na atualidade:

Motivos semelhantes, às vezes agravados, aos das acentuadas correntes migratórias no passado, caracterizam as migrações atuais: a globalização, questões demográficas de certos países ou regiões, a violação de direitos, o desemprego, a desorganização das economias tradicionais, as perseguições, a discriminação, a xenofobia, a desigualdade econômica entre os países e entre o hemisfério norte e o hemisfério sul são algumas causas das grandes migrações da atualidade (IMDH, 2011, p. 03).

Os movimentos migratórios são de intensa importância. Kroucher (2006, p. 10), menciona que as migrações internas têm um papel importante na distribuição espacial da população e na constituição dos mercados de trabalho das cidades. Ele cita que o processo de migração interna apresenta aspectos muito importantes, onde a primeira etapa “em geral, é a migração de origem rural e destino urbano, predominantemente intramunicipal e de curta distância, característica da maioria dos movimentos populacionais ocorridos no Brasil até a década de 1970”, sendo este o foco deste estudo, pois, tem se observado este processo até os dias atuais no município de Derrubadas-RS. Continua o autor que “o aspecto mais marcante da estruturação do espaço urbano brasileiro foi a concentração progressiva e acentuada da população nas cidades cada vez maiores e as migrações internas foram o principal componente desse processo”.

Analisando cronologicamente, as migrações contribuíram decisivamente para as particularidades do processo de urbanização do Brasil e foram determinantes para sua história.

Antes da metade do século passado a urbanização não era tão intensa, acelerou-se a partir da segunda metade e na década de sessenta a população urbana superou a rural, passando nesse período de 19 milhões para 138 milhões, segundo Carvalho e Fernandes (1994). Esse processo provocou profundas transformações estruturais na sociedade e economia brasileira, provocando um desenvolvimento econômico e modernização social e ao mesmo tempo “fortes desequilíbrios regionais e agudos desequilíbrios sociais”.

Autores como Carvalho (1994), Martine (1992), se referem às migrações internas como sendo um dos elos de maior importância nas mudanças estruturais e na expansão urbana. A economia urbano-industrial teve seu crescimento intensificado após o Plano de Metas, final da década de 1970, extremamente desequilibrado do ponto de vista espacial e social. O desenvolvimento da economia ampliou os desequilíbrios regionais, principalmente entre o campo e a cidade, pois, não era possível gerar o número de empregos necessários para atender ao crescimento da sua força de trabalho. Destacando assim, as migrações internas como responsáveis pela redistribuição da população do campo para a cidade. Os autores salientam ainda, que a extrema concentração fundiária foi herdada do processo de colonização. As péssimas condições de vida existentes na zona rural, em virtude da concentração da estrutura fundiária, dos baixos salários, dos pequenos agricultores sem apoio e auxílio, das técnicas de cultivo utilizadas, entre outros, aparecem como sendo agentes motivadores da migração populacional do campo para a cidade.

As migrações internas redistribuíram a população do rural para o urbano e definiu a tendência a concentração populacional nos grandes centros metropolitanos, acelerados pela expansão dos sistemas de transporte e de comunicações. Porém, as desigualdades sociais, característica da sociedade brasileira, se tornaram mais agudas e se projetaram sobre o Brasil urbano e moderno.

Com a industrialização e a concentração fundiária, acontece o êxodo rural e a migração pendular, ou seja, aconteceu a migração de pessoas do campo para a cidade através do êxodo rural e criaram-se metrópoles formadas por diversas cidades interligadas, ocorrendo nelas à migração pendular de uma cidade para a outra.

“A saída da população das zonas rurais para as zonas urbanas – êxodo rural – é o principal movimento populacional interno brasileiro” (ALMEIDA E RIGOLIN, 2005, p. 432).

Kroucher (2006, p. 45-50) cita que o meio rural se urbanizou, onde houve concentrações urbanas no meio rural, ocasionando inclusive a emancipação de novos municípios devido a estas concentrações, ou seja, se originaram novas aglomerações urbanas no meio rural, onde devido a evolução tecnológica a população saiu do meio rural e migrou para esses novos “aglomerados populacionais”, que regulamentados por lei como sendo área urbana, formaram novas cidades.

Segundo os autores acima, as péssimas condições de moradias, alimentações insuficiente e superexploração de mão de obra, poucas oportunidades de trabalhos para jovens, salários baixos, secas prolongadas, mecanização e industrialização, constituem-se nas principais causas do intenso êxodo rural brasileiro.

Os autores demonstram também o processo de urbanização no Brasil, com a retificação de que o crescimento da população urbana em relação a rural coincide com o processo de industrialização, que mudou o modo de vida das sociedades, e acelera-se a partir da década de 1950, sendo que no início da década de 1970, a população urbana supera a população rural brasileira. Para os autores, “a rede urbana de uma região envolve as relações entre o campo e a cidade e as relações entre os diferentes tipos de cidade” (ALMEIDA E RIGOLIN, 2005, p. 435).

No Brasil, segundo Garcia e Garavello (2005), o modelo de industrialização acelerada no Governo Juscelino Kubitschek (1955-1960), a criação da legislação trabalhista no campo e introdução de capital estrangeiro no setor industrial pelo governo militar em 1964 e a implantação de modernas técnicas de cultivo em áreas agrícolas durante as últimas décadas, são as principais causas do intenso crescimento da população urbana brasileira.

A intensa e acelerada urbanização brasileira resultou em sérios problemas sociais urbanos, segundo os autores acima citados, entre eles citam: aumento de favelas que ocupam regiões de risco no entorno das cidades, a falta de infraestrutura das cidades para receber o contingente populacional migratório, aumento das formas de violência. Este processo teria sofrido influencia de corrupção e demagogia do poder público que assiste passivamente e até incentiva a ocupação desordenada e predatória das periferias das grandes cidades, fatos estes que tentam ser estancados com a criação do Estatuto das Cidades.

Almeida e Rigolin (2005), baseados na Revisão 2004 da Projeção da População Brasileira pelo IBGE, relatam que o Brasil está envelhecendo, que a expectativa de vida está aumentando, ocorre um melhoramento dos indicadores sociais, porém está aumentando a

desigualdade na distribuição de renda. A revisão, segundo os autores, demonstra a desigualdade da ocupação do território com muita disparidade entre municípios.

Continuam Carvalho e Fernandes (1994) que a partir da década de 1980, as migrações deixam de ser tão positivas e necessárias pra o desenvolvimento do capitalismo e para a modernização da sociedade, mas isto não quer dizer que ela desapareceu, para muitos, ainda é uma alternativa para se melhorar de vida e ascensão social. Pesa contra esta mobilidade do rural para o urbano os meios de comunicação que divulgam as características da sociedade urbana atual, alta criminalidade, marginalidade e alto padrão de exigência de qualificação para o mercado de trabalho.

Segundo resultados dos dois últimos censos do IBGE, observa-se no Brasil, uma diminuição do movimento migratório, porém a migração entra em um novo contexto, as migrações de curta distância e direcionadas às cidades medias, sendo estas as que mais cresceram. Esse fenômeno reforça o caráter de “desconcentração concentrada” na distribuição da população, ocorrendo inclusive à diminuição progressiva na criação de novos municípios.

3. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA, GEOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE DERRUBADAS-RS

Neste capítulo tem-se o objetivo de proporcionar ao leitor uma melhor compreensão do tema abordado no estudo de pesquisa. E desta forma, entende-se interessante apresentar uma breve caracterização do município de Derrubadas-RS, o qual é o foco da pesquisa que está sendo desenvolvida.

O município de Derrubadas-RS foi criado pela Lei Estadual nº 9576/92 de 20 de março de 1992, possui uma área total de 363,40 Km², sendo que desta, o Parque Florestal Estadual do Turvo ocupa uma área de 174 Km², totalizando 47,88% da área do município. Derrubadas-RS localiza-se na região noroeste do estado, distanciado 498 km da capital de Porto Alegre. Possui uma população de 3.190 habitantes, conforme censo do IBGE 2010.

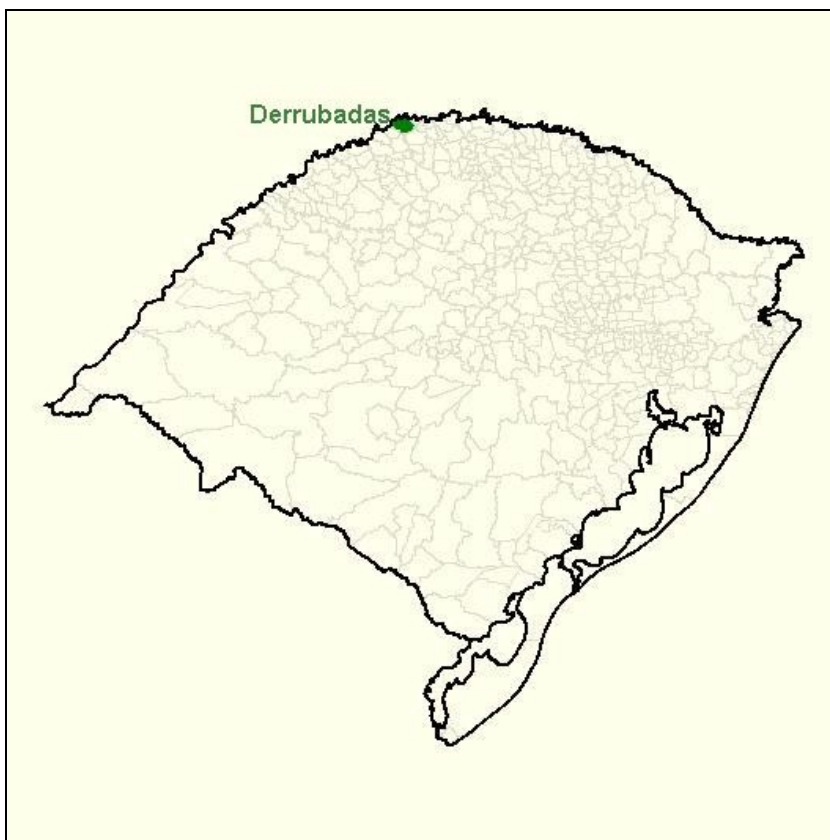


Figura 1 – Derrubadas e sua localização no Estado. Fonte: Adaptado de <http://www.geolive.rs.gov.br>

3.1 HISTÓRIA

A origem do nome Derrubadas-RS é relacionada a acontecimentos da história do Brasil e também do Rio Grande do Sul. Inicialmente pensou-se estar relacionada a um vendaval ocorrido na época, versão que não foi totalmente descartada.

De acordo com Führ (2005), e Danette e Lopes (2006) em 1931, o interventor do Estado, general Flores da Cunha, concedeu a seu amigo Pedro Garcia o direito de explorar e extrair madeira de lei na zona do Pari. Pedro Garcia então fundou uma cantina à margem esquerda do Rio Uruguai, local que atualmente leva seu nome, Porto Garcia. Garcia possuía cerca de 500 homens cortando e farquejando madeira de lei diariamente sob seu comando, bem como, um trator de esteira, comprado em Buenos Aires, na Argentina e 25 ternos de bois, sendo que, cada terno de bois compunha-se de 04 a 05 juntas, que puxavam a madeira até a margem do Rio Uruguai, onde estas eram embalsadas e ficavam aguardando a cheia das águas do rio para seguirem ao destino: a exportação para a comercialização na Argentina e no Uruguai.

As autoras seguem descrevendo, que com a instalação do Estado Novo no Brasil na data de 10 de novembro 1937, o General Flores da Cunha foi deposto, resultando, no embargo da empresa de Pedro Garcia, a qual no momento encontrava-se no auge do trabalho e progredindo rapidamente e expansivamente. Aproximadamente, 6000 árvores encontravam-se prontas para na próxima cheia serem transportadas. Diante disso, grandes e sérios prejuízos foram causados a Pedro Garcia, levando-o a abandonar o local juntamente com seus homens trabalhadores, deixando para trás grande quantidade de árvores arrancadas e prontas para serem transportadas.



Figura 2. Balsas no Rio Uruguai na década de 1930. Derrubadas-RS. (Foto de Marcelino Guelher).

Para Führ (2005) os primeiros colonizadores começaram a chegar à região por volta de 1939, e se deparam com grande quantidade de árvores derrubadas no meio da mata, nas proximidades onde hoje é a sede do município de Derrubadas-RS, formando um grande descampado, uma verdadeira “derrubada”. O local da derrubada tornou-se uma referência geográfica para a vinda de outros colonizadores e do endereço dos que ali já se encontravam. Assim, o uso da palavra Derrubadas foi se expandindo e se difundindo e conseqüentemente constituiu-se no nome da área.

Ainda segundo a autora, muitos dos colonizadores que ali haviam chegado, pensavam que tal derrubada havia sido ocasionada por um forte vendaval, pois, até então desconheciam a existência da empresa de Pedro Garcia.

Afirmar sobre a data exata da chegada dos primeiros habitantes de Derrubadas é um tanto quanto difícil para os pesquisadores. Pensava-se, que os primeiros habitantes fossem os fugitivos da Revolução Federalista, mas recentemente novas evidências propõem a revisão de tal versão. Com a realização de pesquisas por pessoas residentes no município, resultaram em curiosidades e observação das pessoas em relação a fatos diferentes, como por exemplo, a descoberta de objetos feitos de pedra, encontrados em diferentes pontos do município, indica que as terras de Derrubadas, provavelmente, já foram ocupadas por indígenas. Não se sabe até então que tipo de ocupação realizaram, tão pouco, em que período evadiram da região, ou até mesmo a que povo indígena pertenciam.

Segundo Danette e Lopes (2006) no final do século XIX e início do século XX, inicia-se uma nova fase de ocupação em Derrubadas-RS, pois nesse período chegam a Tenente Portela-RS, na época denominada como Pari, os fugitivos da Revolução Federalista de 1893. No ano de 1911 deu-se início a exploração das terras nesta região. Após, com o decorrer do tempo, em meados 1931, deu-se início ao desenvolvimento da exploração de madeira na região onde atualmente é Derrubadas-RS.

De acordo com Führ (2005), o ciclo da colonização do município de Derrubadas-RS teve seu início em meados de 1939, por famílias de várias origens étnicas destacando-se entre elas, os alemães, italianos e poloneses oriundas de várias regiões do Rio Grande do Sul: Bento Gonçalves, Palmeira das Missões, Ijuí, Carazinho, Caxias do Sul, Garibaldi, Colônias Velhas, Ibirubá, Santa Rosa, Campo Novo, Redentora.

As famílias que se instalaram no município, juntas desenvolveram a região, sem, no entanto deixar de lado os usos e costumes da sua região de origem. Vieram para Derrubadas-RS em busca de melhores condições de vida, atraídos pela terra barata e de boa qualidade, bem como, pela grande quantidade de caça e pesca existente na imensa mata e rios que cortam a região, porém enfrentaram muitas dificuldades para sobreviverem, como por exemplo: falta de estradas, comércio e assistência médica. Mas o espírito pioneiro sobreviveu e as dificuldades encontradas e foram sendo vencidas, pois, acreditavam que o potencial que a região oferecia compensavam a todos seus esforços.

A locação e abertura da estrada de Redentora-RS, em 1943, possibilitou a passagem a Tenente Portela-RS e após até Derrubadas-RS. Através disso, a colonização passou a ser facilitada e o fluxo migratório aumentou consideravelmente, surgindo assim em vários pontos do município pequenas comunidades, que rapidamente se desenvolveram. Aos poucos e com o passar do tempo a imensa mata foi cedendo espaço para as lavouras, edificações das primeiras igrejas, escolas e estabelecimentos comerciais.

3.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS

Derrubadas-RS situa-se no noroeste do planalto rio-grandense, com seus limites ao norte com a República da Argentina e o estado de Santa Catarina, ao sul com o município mãe de Tenente Portela-RS, ao leste com os municípios de Barra do Guarita-RS e Tenente Portela-RS, a oeste com o município de Três Passos-RS e Esperança do Sul-RS.

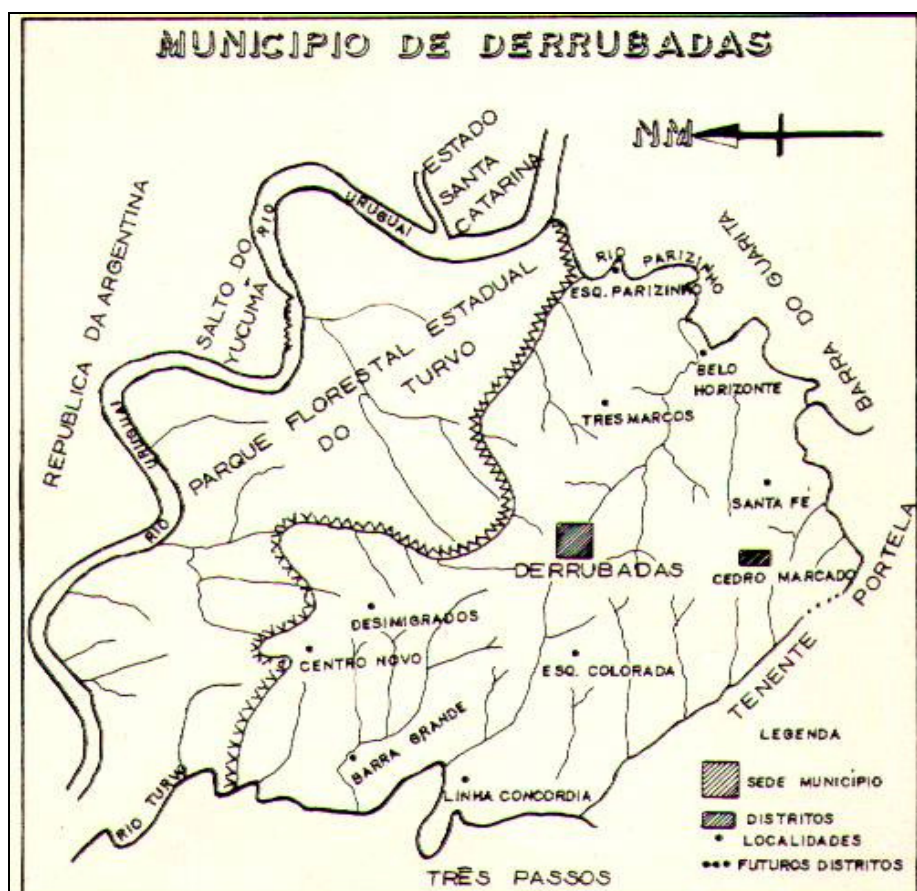


Figura 3 Mapa do Município de Derrubadas-RS, com suas divisões e limites.

Fonte: Prefeitura Municipal de Derrubadas – Departamento de engenharia

O município apresenta o relevo em sua maior área, ondulado a bastante ondulado, com vales entre coxilhas (coxilhas estas semelhantes as da região sul do RS), apresentam-se chapadas estreitas com formas alongadas e roliças. Outra característica marcante identificada são os vales entre as formas de relevo que se apresentam estreitos, profundos e extremamente semelhantes entre si (CUNHA, et al, 2005).



Figura 4 Sede do Município de Derrubadas-RS, foto aérea. Fonte: Prefeitura Municipal.

Ainda sobre o relevo pode-se dizer que este, apresenta-se ondulado em aproximadamente 55% do território do município de Derrubadas – RS. Torna-se acidentado em 40%, principalmente ao descer do nível dos rios e arroios que formam a Bacia do Rio Uruguai e do Rio Turvo, restando apenas 5% de topografia plana (CUNHA, et al, 2005).

Segundo Danette e Lopes (2006), o clima do município de Derrubadas-RS é o subtropical, como o do Estado do Rio Grande do Sul, apresentando temperatura média anual de 19,1°C e a precipitação pluviométrica de 1.800mm/ano. De forma geral, as chuvas ocorrem regularmente, porém, esporadicamente ocorrem deficiências hídricas no decorrer dos meses de dezembro a fevereiro, onde estes, são identificados como os meses mais quentes, normalmente no decorrer do inverno ocorrem geadas, principalmente, durante os meses de junho e julho. No inverno também ocorrem nevoeiros densos e rasteiros, encobrendo toda a paisagem devido à proximidade do município ao Rio Uruguai e Rio Turvo, conseqüentemente, neste período do ano, o sol na maioria das vezes aparece somente a partir do meio dia em algumas localidades. Tal fenômeno favorece ao aparecimento e desenvolvimento de doenças típicas de inverno, como gripes e resfriados, sendo estas, principalmente em crianças e idosos. Os ventos podem ser identificados como regulares.

A vegetação nativa está praticamente extinta no município, as propriedades já não possuem mais a quantidade mínima de áreas de preservação exigidas pela legislação

ambiental, às terras cobertas de culturas anuais de verão e inverno, sendo predominantemente soja, trigo e milho.

O município possui em sua área territorial uma unidade de preservação ambiental permanente, o Parque Florestal Estadual do Turvo, sendo esta, a primeira área de preservação criada no Estado do Rio Grande do sul, como citado anteriormente esta ocupa 47,88% de sua área territorial, local onde a vegetação permanece conservada. A vegetação é composta pela formação de Floresta Estacional Decidual Submontana e inserida no Bioma de Mata Atlântica do RS, segundo classificação pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2003, classificada como núcleo de biosfera da mata Atlântica, segundo a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) 2004, ainda, declarada como área remanescente da Mata Atlântica pela Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO) em 1992.

O município de Derrubadas-RS está inserido na sub-bacia hidrográfica do Turvo – Santo Rosa – Santo Cristo, subdivisão da Bacia Hidrográfica do Uruguai e evidencia-se limitantes com a contaminação pelo uso de agrotóxicos e produtos químicos, o assoreamento dos rios afluentes devido a práticas incorretas na conservação do solo e desmatamento da mata nativa, principalmente ao longo dos afluentes do Rio Uruguai que cortam o Parque Florestal Estadual do Turvo. Diante disso, é possível evidenciar um potencial turístico com este bioma e também por conter no seu interior o Salto do Yucumã, o qual possui a maior queda d'água no sentido longitudinal do mundo, atraindo turistas do mundo inteiro pela sua beleza e naturalidade impar.

3.3 SOCIOECONOMIA

Derrubadas-RS está inserida em uma zona essencialmente agrícola de monocultura, conforme verificação da leitura da paisagem e classificação do macrozoneamento ambiental do estado do Rio Grande do Sul.

De acordo com Danette e Lopes (2006), a colonização de Derrubadas-RS deu-se, principalmente pelos colonizadores europeus, alemães, italianos, poloneses e também negros,

além, de os popularmente chamados de “caboclos” e ainda os fugitivos da Revolução Federalista de 1893.

Neste período, a mata nativa apresentava-se com cobertura bastante densa, a madeira derrubada da mata para exploração agrícola, foi a primeira potencialidade, ou seja, primeiro produto a ser explorado, e conseqüentemente transportado para outras regiões do estado, do país e até outros países, sendo isto, realizado através das vias fluviais do Rio Uruguai.

Logo após este período exploratório da madeira foram surgindo às primeiras lavouras, e os colonizadores não tinham a tradição da pecuária da região, pois, eram migrantes da região denominada de “colônias velhas”, região esta, próxima a capital do estado, onde a pecuária extensiva não era desenvolvida, sendo assim, desenvolveu-se aqui somente a prática da pecuária de subsistência e a venda do excedente agrícola, destacando-se primeiramente o cultivo do feijão.

Continuando Danette e Lopes (2006), descrevem que as informações foram surgindo com o passar dos anos, que a partir da década de 1960 a cultura do milho intensificouse e é alavancada pela suinocultura que é predominante até meados da década de 1970, quando a soja é introduzida pelos agricultores como sendo um negócio lucrativo, e conseqüentemente, sua produção intensificouse, resultando como a monocultura praticada pela maioria dos proprietários agrícolas desde esta época até a atualidade.

Desde a época da colonização a mão de obra existente nas propriedades é essencialmente familiar, apresentando poucas exceções nas propriedades maiores, sendo que esta é necessária para a realização da operação de máquinas agrícolas, ou ainda, naquelas propriedades que começam a voltar-se para a diversificação de cultura como a suinocultura e bovinocultura de leite. A faixa etária das mesmas é alta, onde se evidencia o envelhecimento rural, sendo isto, consequência do abandono do campo pela maioria dos filhos que migram para os centros industriais em busca de melhor qualidade de vida, continuidade aos seus estudos e formação profissional. Neste contexto evidencia-se também, este excedente de mão de obra como consequência à mecanização dos sistemas produtivos, bem como, seu baixo índice de ocupação.

Segundo Danette e Lopes (2006) apesar da existência relevante de concentração de terras, nota-se que a estrutura fundiária dominante no município é a pequena propriedade, de características essencialmente familiares. Mais de 43% das propriedades possuem até 10

hectares, representando assim mais de 20% do total de hectares do município. As propriedades com até 20 hectares, constata-se que os percentuais ultrapassam mais de 80% no número de propriedades, ocupando desta forma mais de 55% do total de hectares.

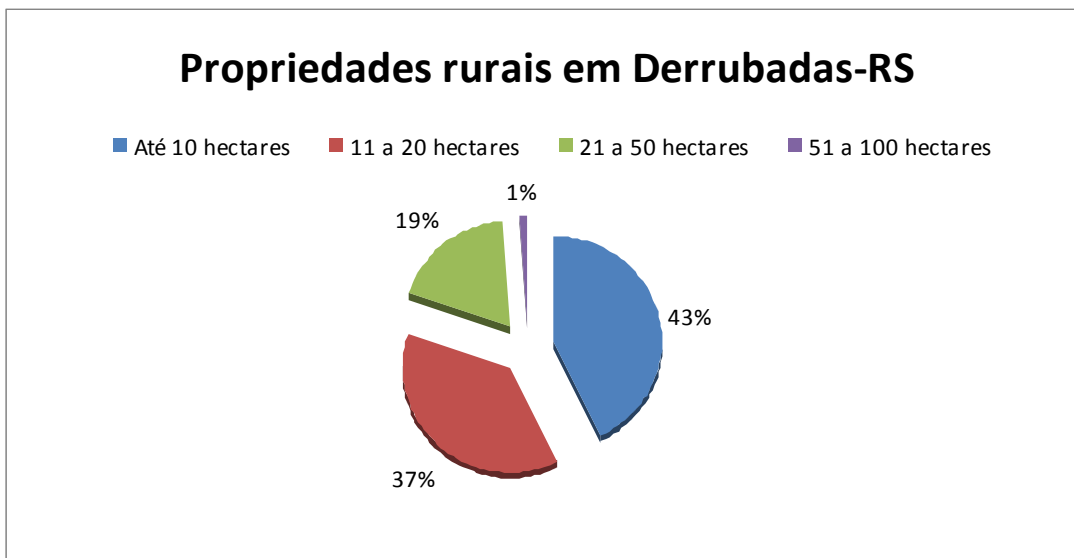


Figura 5- Total de propriedades rurais no município de Derrubadas-RS em número e por percentual.
Adaptado de INCRA: <https://sncr.serpro.gov.br/SIR/FormLogon.html>. 01/12/2011.

Constatou-se que a população do município de Derrubadas-RS apresenta um decréscimo significativo desde sua emancipação política administrativa em 1992, pois, nesta época o município possuía 4.476 habitantes. De acordo com Führ (2005), a causa principal para a decorrência deste esvaziamento ou êxodo rural, é a expansão da fronteira agrícola e a descapitalização dos pequenos produtores, pois, nota-se que estes não conseguiram acompanhar o processo da modernização industrial e a revolução verde, ocorridas a partir da década de 1970, a autora ressalta ainda, que os principais destinos da população migratória são o centro-oeste e norte do país, bem como, a região do couro calçadista no Estado do Rio Grande do Sul.

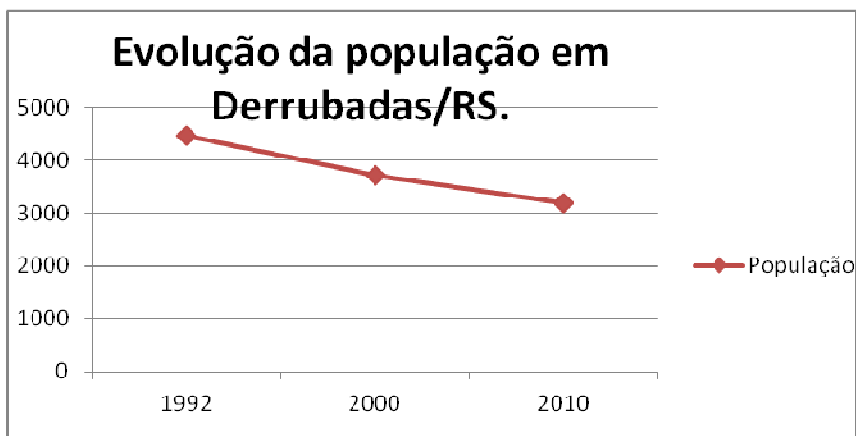


Figura 6 – Evolução da população no município de Derrubadas - RS no período de 1992 a 2010.
Adaptado pelo autor a partir de IBGE (2010).

Verifica-se ainda, que o município de Derrubadas-RS está posicionado em uma situação médio-baixa em relação à média estadual e nacional do IDESE (2006) – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico, no que se refere a educação, renda, saneamento e saúde, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Tabela 2 - IDESE do município de Derrubadas-RS.

Idese	Derrubadas	RS
Educação (2006)	0,853	0,854
Renda (2000)	0,617	0,754
Saneamento (2006)	0,066	0,569
Saúde (2006)	0,878	0,850
Idese (2006)	0,603	0,764

Fonte: Adaptado do Atlas socioeconômico do Estado: <http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=448>.
01/12/2011.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 TIPO DE ESTUDO

Para a realização deste estudo se optou por uma pesquisa descritiva, descrita por Triviños (1987) e Gil (2002) como sendo um tipo de estudo onde se procura descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade existente. Gil (2002, p. 42) menciona que “entre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental, etc.”.

A abordagem adotada foi a quali-quantitativa, onde a análise quantitativa desenvolveu-se através do levantamento de dados como: demonstrativos, relatórios e bancos de dados. A análise qualitativa ocorreu através da realização de entrevistas semi-estruturadas com as pessoas entrevistadas.

O método de pesquisa adotado foi do estudo de caso, que segundo Gil (2002, p.54-55) na atualidade “é encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos”. Cita ainda o autor a sua crescente utilização no âmbito das ciências sociais com os diferentes propósitos, entre eles:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) preservar o caráter unitário do objeto estudado;
- c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;
- d) formular hipóteses ou desenvolver teorias;
- e) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos” (GIL, 2002, P.54).

Para Fonseca (2002), citado por Gerhardt e Silveira (2008), o estudo de caso visa conhecer o como e o porquê de uma determinada situação, procurando nesta o que é há de mais essencial e característico, onde o pesquisador pretende revelá-lo como ele o percebe sem sua intervenção. Gerhardt e Silveira (2008), embasados em Fonseca (2002) afirmam:

O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global,

tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (GEFHARDT, SILVEIRA, 2008, p.37).

A coleta de dados foi realizada através da análise de demonstrativos, relatórios e bancos de dados governamentais e também pelas anotações realizadas nas entrevistas semi-estruturadas com conjunto de questões sobre o tema, mas permitindo que o entrevistado falasse livremente sobre os assuntos que surgiam como desdobramento do tema principal.

A técnica de análise adotada na pesquisa foi a partir da análise interpretativa das respostas das entrevistas, onde, via procedimentos sistemáticos e objetivos da descrição do conteúdo, procurou-se obter conhecimentos e concluir a respeito dos dados obtidos e produzidos durante este estudo e sua relação com a teoria.

Por se tratar de uma análise de interpretativa a mesma permitiu uma análise tanto qualitativa como quantitativa, compreendendo o pensamento dos entrevistados através do conteúdo expresso no texto, usando transparência de linguagem e visando significação através de indicadores formulados.

4.2 CAMPO DE ESTUDO

O estudo foi realizado dentro da área geográfica do município de Derrubadas-RS, mais precisamente na zona urbana, com famílias que migraram da zona rural.

4.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Foram envolvidas na pesquisa pessoas residentes no município de Derrubadas-RS, que migraram da zona rural para a zona urbana no período compreendido entre o ano de 1993 e 2010, escolhidas por conveniência e acessibilidade, com disponibilidade e aceitação em participar do estudo, sendo que, no decorrer da pesquisa, foram entrevistadas 15 (quinze) pessoas de diferentes famílias, ou seja, a entrevista ocorreu com uma pessoa de cada família.

4.4 COLETA DE DADOS

Para a realização da coleta de dados, foram realizadas consultas bibliográficas já existentes, assim como entrevistas semi-estruturadas, em que os entrevistados foram deixados livres para falarem sobre os assuntos que surgem no desenvolvimento da entrevista. As técnicas de registros dos dados coletados foram as próprias entrevistas escritas, bloco de anotações e comunicação oral.

Também foram consultados dados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), à Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul e diversos outros órgãos estaduais e municipais que dispuseram de informações relevantes ao tema.

5 MIGRAÇÃO INTERNA NO MUNICÍPIO DE DERRUBADAS-RS NO PERÍODO DE 1993 A 2010

Neste capítulo estão apresentados os resultados da pesquisa realizada sobre a migração interna no município de Derrubadas-RS no período de 1993 a 2010, conforme seus objetivos propostos. Inicialmente, será descrita a análise geral dos resultados colhidos através das entrevistas com as famílias, como, idade, renda, estado civil e outros. Posteriormente, será apresentada em subcapítulos a análise dos dados referente às causas da migração interna no município de Derrubadas-RS, as consequências desta migração, ações realizadas pelas gestões municipais para atendimento da população migratória, ações para permanência da população na zona rural e sugestões de políticas/ações para mitigar o fenômeno migratório.

A análise dos dados levantados foi desenvolvida com o intuito de oferecer subsídios para o planejamento de ações públicas, objetivando o atendimento desta população pela Administração Municipal, pois, desconhece-se no município até o momento pesquisas nesta área que proporcionam diagnóstico que possa auxiliar no planejamento público, lembrando-se da importância deste, para que ocorra o bom planejamento, pois, diagnosticar é mapear, é explicar a realidade em que uma determinada situação ou problema se apresenta.

O roteiro das entrevistas foi formulado com a preocupação de conter perguntas semi-estruturadas e abertas (Apêndice A), com a finalidade de diagnosticar a migração interna no município de Derrubadas-RS. A pesquisa foi realizada com embasamento no quadro teórico e aplicado em 15 famílias que migraram da zona rural do município para a zona urbana no período de 1993 a 2010.

O instrumento da pesquisa foi iniciado com a solicitação dos dados de identificação dos entrevistados, que são tratados no decorrer deste estudo pela nomenclatura de Entrevistado 1, Entrevistado 2, Entrevistado 3 e assim por diante, sendo isto, para garantir a privacidade e a confidencialidade das pessoas que concordaram em contribuir através de relatos para que a pesquisa acontecesse.

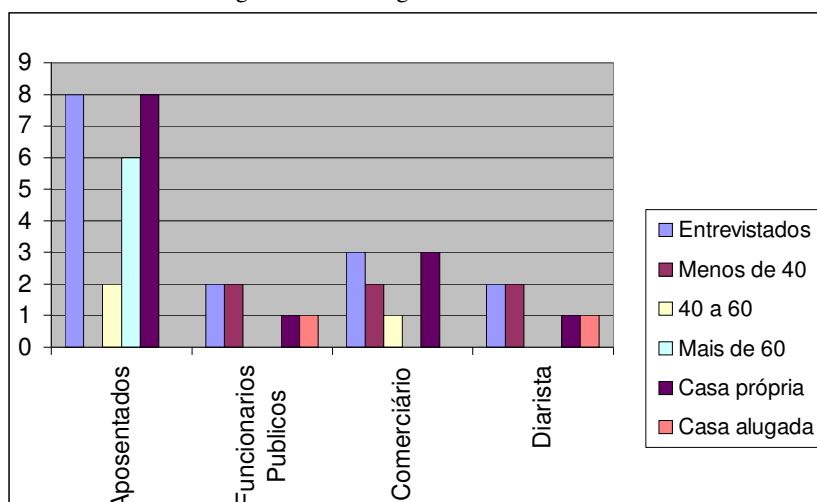
Tabela 3 – Dados gerais dos Entrevistados no decorrer da pesquisa.

Identificação	Idade	Estado Civil	Número de componentes na família	Moradia própria ou alugada
Entrevistado 01	66	Casado	02	Própria
Entrevistado 02	42	Casada	02	Própria
Entrevistado 03	-	Casada	02	Própria
Entrevistado 04	78	Viúva	01	Própria
Entrevistado 05	56	Casado	03	Própria
Entrevistado 06	59	Viúva	02	Própria
Entrevistado 07	-	Casada	02	Própria
Entrevistado 08	40	Solteiro	01	Própria
Entrevistado 09	70	Casado	02	Própria
Entrevistado 10	70	Casado	02	Alugada
Entrevistado 11	70	Casado	02	Própria
Entrevistado 12	-	Casada	04	Alugada
Entrevistado 13	33	Casado	04	Própria
Entrevistado 14	-	Viúva	02	Própria
Entrevistado 15	30	Casada	02	Própria

Fonte: Entrevista com as pessoas migrantes do município de Derrubadas-RS.

A idade dos entrevistados foi solicitada, sendo esta uma resposta opcional, e verifica-se que os respondentes apresentam idades entre 30 e 75 anos, caracterizando-se, assim, como uma população em sua maioria idosa. Observa-se também, que 08 pessoas são aposentadas, 02 são funcionários públicos municipais temporários, 03 trabalham no comércio local e 02 são diaristas. Das famílias entrevistadas somente 02 não possuem casa própria, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Figura 7- Gráfico geral dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Outro dado levantado no decorrer da pesquisa é sobre o estado civil dos entrevistados, onde dos 15 entrevistados visitados identificou-se que 02 já são viúvas, 01 é solteiro e os demais 12 entrevistados são casados.

Identificou-se ainda, que quatro das famílias dos entrevistados não possuíam terras próprias e moravam de agregados ou nas terras junto aos pais, as famílias dos demais onze entrevistados possuíam suas próprias terras para produzir e sobreviver. Caracteriza-se, com a venda das propriedades, em geral para produtores com condições econômicas de maior porte, um aumento da concentração fundiária no município.

Os entrevistados foram indagados sobre o que produziam em suas propriedades antes da migração e no geral responderam que, em número mais expressivo produzia-se a soja e o milho, a produção leiteira também era desenvolvida, mas, esta era somente para consumo próprio, os demais alimentos como verduras, frutas, mandioca, batata doce, animais para abate e outros, também eram produzidos por todos os entrevistados, porém, para a sobrevivência e sustento da família e nada era comercializado.

5.1 CAUSAS DA MIGRAÇÃO INTERNA NO MUNICÍPIO DE DERRUBADAS

Conforme abordado no quadro teórico e de acordo com os autores neste citados, é possível obter resultados de uma pesquisa através da realização de diagnóstico, que possibilita mapear e explicar uma realidade a qual se pretende conhecer em todos os aspectos, como por exemplo, aspectos sociais, culturais, demográficos e econômicos. De acordo com esta embasamento teórico adquirido, procurou-se nesta seção descrever sobre as causas da migração interna.

Assim, neste subcapítulo tem-se como categoria principal da análise das entrevistas os relatos dos entrevistados, onde proporcionou-se que estes falassem livremente e de acordo com conhecimento adquirido sobre o assunto, surgindo fatos que remontam a época da modernização da agricultura e contribuem para o entendimento do início do processo das causas da migração interna do município e como tudo teve início. Segundo Granja (2010), esta seria uma etapa que consiste em um conjunto de informações com as mais variadas dimensões, diagnosticando e explicando o porquê da situação e análise das causas do

problema. Diante da compreensão deste recorte teórico, prossegue-se demonstrando a análise da pesquisa.

Segundo onze dos entrevistados (E1, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E11, E12, E14) as causas da migração interna no município de Derrubadas-RS tiveram seu início ainda na década de 1970 com o processo da mecanização da agricultura, como pode ser exemplificado na fala de um dos entrevistados:

Na década de 1970 teve início o processo da mecanização da agricultura, onde o trabalho braçal foi aos poucos sendo substituído pelas máquinas. As famílias eram mais numerosas nesta época e a quantidade de terras tornava-se insuficiente para a sobrevivência e permanência na lavoura (Entrevistado 1).

Evidencia-se nesta análise dos dados, que os acontecimentos desta década no município se assemelham com os fatos ocorridos em todo o Brasil, conforme referenciado no quadro teórico.

Ressaltam sobre as inviabilidades enfrentadas nesta época, como falta de apoio e planejamento dos governantes para atender as mudanças que estavam ocorrendo, altos juros, famílias numerosas, sobra de mão de obra familiar, falta de outras oportunidades de trabalho:

Ainda lembro a política governamental da época, os juros eram muito altos nas agências bancárias e tornava-se inviável porque na propriedade se utilizava o trabalho braçal e a mão de obra familiar. A oferta de empregos nos municípios vizinhos era bastante reduzida, não havia indústrias para absorver a mão de obra liberada pelo campo e o governo não tinha planejamento para administrar a situação. (Entrevistado 5).

Outro fator marcante e comentado por sete dos entrevistados (E2, E3, E4, E6, E7, E10, E15) é sobre as casas comerciais existentes que contavam com a mão de obra da própria família, sendo necessária apenas a contratação de uma pessoa para ocupar o cargo de motorista. A escolha de ser professor (a) era uma das poucas opções de trabalho que acontecia fora do seio da família ou da propriedade rural.

Nota-se na análise dos relatos dos quinze entrevistados realizados até aqui, que os fatores que influenciaram a migração da população do município têm histórico em décadas anteriores, ou seja, década de 70 e 80 e foi se agravando conseqüentemente, pois, as famílias foram à procura de melhores condições de vida, caracterizando-se desta forma, como um movimento migratório espontâneo.

No decorrer das entrevistas, o Entrevistado 1, Entrevistado 2 e Entrevistado 3, falaram sobre o projeto da Cooperativa de Colonização 31 de março Ltda, chefiada pelo pastor Norberto Schwantes da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil e pelo jovem agrônomo Orlando Roewer, por volta de 1970, década esta, em que ocorreu um grande

fluxo migratório controlado para o estado de Mato Grosso e Pará. Este projeto fez com que muitas famílias vendessem suas propriedades e fossem em busca de novos ideais e perspectivas de uma vida melhor.

De acordo com o relato do Entrevistado 10, além das regiões acima citadas muitas famílias migraram também para os estados do Paraná, Mato Grosso, Maranhão, Piauí, Goiás e outros em busca de mais terras e melhores condições de vida, outros ainda, em grande número migraram para o Vale dos Sinos e grande Porto Alegre em busca de empregos junto ao setor calçadista. Este relato relaciona-se com o que dizia Führ (2005) no quadro teórico de que a migração no Brasil passou a ser constante com o objetivo de buscar qualidade de vida e trabalho.

Assim, segundo doze dos entrevistados (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E9, E11, E12, E13, E15), as causas da ocorrência da migração interna têm suas raízes e fatores que contribuíram desde esta década, onde posteriormente o número de pessoas nas famílias foi ficando reduzido, ou seja, famílias inteiras migraram, outras permaneceram na zona rural deste município apenas o casal ou o casal e um ou dois filhos que mais tarde acabaram saindo para estudar, trabalhar e conseqüentemente não retornaram para residir na propriedade da família. Diante disso, constatou-se que o envelhecimento populacional no município vem ocorrendo constantemente desde esta década e sem ser reconhecido com sua tamanha importância por algumas décadas.

Os entrevistados das famílias que migraram da zona rural do município para a zona urbana, no decorrer da entrevista foram questionados se estavam satisfeitos com a escolha e decisão de migrar, e os quinze entrevistados (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14, E15) afirmaram que não voltariam a residir no interior do município novamente, pois já não possuem mais a propriedade, por estarem satisfeitos no local onde residem hoje e por terem condições dignas de sobrevivência, entre elas: moradia, emprego, lazer, sociabilidade, estabilidade financeira, escola próxima para os filhos frequentar, conforme trecho do relato do Entrevistado 12, “no começo foi difícil organizar moradia, se acostumar com a mudança de vida e de trabalho, mas, hoje me sinto muito satisfeito e realizado, pois, tenho qualidade de vida.”

Quanto às condições de vida no campo e as mudanças ocorridas após a migração, verificou-se que os doze dos entrevistados (E1, E2, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E11, E12, E14, E15), caracterizam que a vida no campo era bastante sofrida, as terras de suas propriedades eram dobradas, todo o cultivo da produção tinha que ser realizada manualmente,

seguidamente ocorriam problemas com as condições climáticas e a produção leiteira tornava-se praticamente inviável pela dificuldade de entregar o produto. Salientaram ainda, que os incentivos por parte do poder público eram muito pouco, ou seja, não eram ofertados serviços de patrulha agrícola como hoje acontece, programa de troca-troca de sementes e insumos, não existia Cooperativa de leite, entre outros. No relato do E2, E4, E5, E8 e E10, percebeu-se a forma carinhosa de se referir a esta época da vida, a liberdade existente no campo, a parceria e amizade entre vizinhos, a possibilidade de cultivar os produtos para alimentação, como por exemplo, amendoim, feijão, mandioca, verduras, frutas entre outros. O depoimento abaixo sintetiza este entendimento:

[...]... o trabalho realizado na lavoura exigia muito da gente, mas, lembro com saudades das parcerias realizadas com os vizinhos para realização do plantio da soja, realização da colheita e até promoções que nós organizava na comunidade. Gostava muito de plantar de tudo um pouco para a alimentação da nossa família. (Entrevistado 08).

Destacou-se ainda no decorrer da pesquisa que algumas famílias migraram para a cidade logo ao início da emancipação política administrativa, pois, o ramo do comércio era fraco e então resolveram investir nesta área porque acreditavam que seria a possibilidade de melhorar as condições financeiras, a qualidade de vida e ter escola próxima de casa para os filhos, deixando suas propriedades de terra apenas com “agregados” para cuidar, mas, com o passar do tempo este investimento não alcançou o objetivo planejado, fazendo com que tornasse inviável dar continuidade e voltar para suas terras acarretava em maiores dificuldades ainda, passando então a vender a propriedade, construir na cidade, trabalhar como mensalistas e alguns casos logo após com aposentadoria, conforme parte da fala de um entrevistado:

Saímos da lavoura porque nossa vida era muito sofrida e queríamos dar oportunidade para as filhas estudarem, então investimos no comércio... hoje já vendemos a propriedade, as filhas estão encaminhadas, tenho minha moradia e vivo com a renda da aposentadoria, me sinto satisfeita. (Entrevistada 13).

De acordo com os relatos do E14, E15 e E10, destacou-se a inviabilidade de permanência das famílias na zona rural, pois, os filhos já migraram para a área urbana do município, e alguns até mesmo para grandes centros em busca de trabalho. Os entrevistados relatam também, sobre a preocupação que possuem com os filhos que migraram para os grandes centros urbanos, onde a criminalidade é grande e que pretendem ainda se organizar para que os mesmos retornem a residir no município. Diante disso, tomaram a decisão de vender a propriedade e adquirir uma moradia na cidade, pois, encontram-se aposentados e sem condições de trabalhar na lavoura e na cidade podem obter e usufruir de melhores condições de qualidade de vida, como por exemplo, ruas pavimentadas de fácil deslocamento,

supermercados próximos, atendimento a saúde, grupos da terceira idade, farmácia, bancos, entre outros fatores.

Diante da análise dos resultados da pesquisa entende-se como e quanto o diagnóstico é importante para mapear e conhecer exatamente o que se propôs na pesquisa através de seus objetivos, destacando na prática o que foi abordado através dos autores no quadro teórico.

5.2 CONSEQUÊNCIAS DA MIGRAÇÃO INTERNA

No desenvolvimento deste subcapítulo tem-se como objetivo principal documentar o resultado da análise dos relatos realizados pelos entrevistados, pois a identificação das consequências da migração interna no município de Derrubadas-RS entre 1993 e 2010 foi proposto como um dos objetivos específicos da pesquisa. O processo de análise foi realizado de forma criteriosa e minuciosa, destacando estas consequências causadas pela migração, e levando em consideração que a pesquisadora é conhecedora do ambiente da pesquisa. Diante disso, foi possível caracterizar e mapear diferentes abordagens utilizando-se das ideias dos autores estudados no quadro teórico, onde de acordo com Rosso (2011), para a realização de qualquer tipo de diagnóstico faz-se necessário conhecer o ambiente onde pretende-se diagnosticar, possibilitando desta forma o pleno desenvolvimento do mapeamento local, que posteriormente poderão ser analisadas pela gestão atual para que seja útil no planejamento futuro para atender a esta população migratória.

Com o entendimento do conteúdo teórico sobre diagnóstico, referenciam-se as consequências da migração interna para as famílias migratórias entrevistadas que podem ser definidas em três aspectos:

a) A maioria das famílias entrevistadas são pessoas em idade avançada, aposentados, sem planos de saúde, que por não terem mais condições de trabalharem na lavoura, seja por condições físicas próprias ou por abandono dos filhos, que já migraram para outras regiões, futuramente dependerão de cuidados especiais e assistência a saúde oferecida pela Administração Municipal.

b) Outro aspecto identificado é que as demais famílias entrevistadas não possuem emprego garantido por concurso ou possuem outra forma de sobrevivência, trabalham como diaristas, construtores e contratos emergenciais na Prefeitura Municipal, ficando sempre com a necessidade de manter este emprego mesmo com salários baixos, bem como, benefícios e auxílios da Administração Municipal.

Neste aspecto, constatou-se a necessidade da Administração Municipal diagnosticar estas situações e posteriormente desenvolver um planejamento voltado principalmente para o futuro desta população, pois, evidencia-se fortemente nesta fase da análise a questão da falta de segurança do emprego para a sobrevivência dos mesmos, que futuramente poderá ocasionar em problemas tanto para as pessoas quanto para os gestores. Com esta realidade há a possibilidade de comparar a situação com o quadro teórico, quando Oliveira (2002), destaca o diagnóstico como uma ferramenta essencial para os gestores poder identificar os pontos fracos e fortes da sua gestão, revendo planejamento, analisando política e socialmente determinadas situações, unindo diagnóstico e planejamento para a qualidade e o sucesso do trabalho.

c) A migração interna ocasionou também em novos projetos de eletrificação urbana, novos loteamentos urbanos, expansão de redes de água, esforços da Administração Municipal em buscar recursos federais, estaduais e municipais para construção de casas novas, oferecendo condições básicas de sobrevivência á algumas destas famílias que não possuem condições próprias, pavimentação de ruas e melhoramento as necessidades básicas de saúde.

Verificou-se que o PPA (Plano Pluri Anual), Lei Municipal nº 811/2009 e a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), Lei Municipal nº 927/2011, do município apresentam planejamento para o desenvolvimento da urbanização da cidade, como por exemplo, pavimentação de ruas com pedras irregulares, eletrificação urbana, bem como, melhorias habitacionais da população migratória, ou seja, reformas habitacionais, construção de casas novas de alvenaria, redes de água, entre outros.

5.3 AÇÕES REALIZADAS PELAS GESTÕES MUNICIPAIS PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO MIGRATÓRIA

O objetivo deste subcapítulo é registrar as conquistas dos resultados alcançados através da realização da pesquisa, destacando as ações realizadas pelas gestões municipais para atender a população que migrou para a cidade.

Evidencia-se que as ações realizadas pelos gestores para atender a esta população é oriunda de um determinado planejamento desenvolvido no decorrer das gestões municipais. Como já abordado no quadro teórico, o planejamento deve fazer parte do dia a dia dos administradores, pois sem planejamento das atividades governamentais resta apenas a improvisação e conseqüentemente a ineficiência da gestão. A análise a seguir demonstra esta abordagem do planejamento de formas diferentes.

Os quinze entrevistados (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14, E15) relataram que desde que migraram foram beneficiados pelo poder público, principalmente nas últimas gestões, como por exemplo, via assistência médica e ambulatorial, veículos para transporte de doentes, medicamentos, exames ambulatoriais e demais necessidades básicas à saúde, instalação de rede de água potável através da Empresa Corsan, projeto de eletrificação urbana e pavimentação das ruas.

Durante os relatos, E3, E8, E9 e E15 afirmaram que além dos benefícios mencionados no parágrafo anterior, foram ainda contemplados pela Administração Municipal com uma casa de alvenaria nova no tamanho de 43.50m² do Programa Minha Casa Minha Vida, sendo que destes quatro entrevistados, o E15 ganhou também, o lote para construção da sua casa em um loteamento urbano da Prefeitura Municipal para construção de casas populares. Segundo todos os entrevistados a qualidade de vida melhorou muito, pois, moravam em casas alugadas e com dificuldades financeiras para sustento da família e atualmente podem usar o dinheiro que antes investiam no aluguel para reorganizar suas vidas. Parte do relato do Entrevistado 15 no decorrer da pesquisa demonstra mais claramente a análise exposta:

“Sempre sonhei em ter nossa casinha, pois, enquanto nós morava na lavoura as terras que plantava eram arrendadas, morava como “agregado”, então sabia que seria bastante difícil conseguir construir uma casa nova ou comprar uma usada porque não tinha dinheiro suficiente. Um dia fiz inscrição junto a Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social para ganhar uma casa popular, fui selecionado e beneficiado com a casa e também o lote para construção da casa, pois não tinha,

fiquei muito feliz, hoje moramos no que é nosso e com condições bem melhores...”
(Entrevistado 15).

5.4 AÇÕES PARA PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO NA ZONA RURAL

Entende-se que as ações para a permanência da população na zona rural necessita de planejamento estratégico, como já exposto em outros momentos no decorrer deste trabalho. Valendo-se de Matus (1989), um governo de qualidade precisa dispor não somente de projeto político, mas principalmente de planejamento que assegure sua governabilidade, pois planejar é conduzir conscientemente, a falta de planejamento nega a possibilidade de escolher o futuro e conseqüentemente aceitá-lo como as coisas virem a acontecer.

Partindo deste entendimento do conteúdo teórico, demonstra-se os dados na análise abaixo, os quais foram obtidos através de demonstrativos, relatórios, planilhas, Leis Municipais e comunicação oral com o gestor municipal do município de Derrubadas-RS.

Entre os programas e ações do poder público para a permanência da população no meio rural destaca-se conforme informação oral do gestor municipal baseado em relatórios e planilhas de controle da Administração Municipal: implantação e manutenção da patrulha agrícola, programas de troca-troca, incentivo ao melhoramento genético do rebanho bovino, bônus leite, incentivo ao cooperativismo, melhorias de saneamento, reformas habitacionais e construção de novas moradias, implementação de redes de abastecimento de água.

Relatórios e planilhas de controle da Administração Municipal demonstram que a patrulha agrícola é um dos programas que mais demanda recursos e esforços do poder público por atender um grande número de famílias, principalmente pequenas propriedades e de baixa renda, atendendo nos serviços de plantio de pastagem, silagem, aplicação de esterco e calcário, secagem de fossas, plantios de soja, trigo e milho, entre outros.

O Programa Renda Leite I, é outra iniciativa que visa valorizar a produção do pequeno agricultor que procura diversificar a produção de sua propriedade. Criado pela Lei Municipal nº 833/2009 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 012/2010, ela institui que o produtor receberá um incentivo de R\$ 0,005 (meio centavo de real) para cada litro de leite comercializado com a emissão de nota fiscal de produtor rural. O incentivo acontece através

da emissão de bônus para que o produtor possa efetuar gastos no comércio local em produtos para o melhoramento de sua propriedade e manutenção de sua família.

O gestor municipal salienta que o melhoramento genético é outra iniciativa que visa fortalecer a produção do pequeno produtor rural através de um rebanho de melhor qualidade, onde o município contribui com um subsídio de R\$ 10,00 para cada inseminação artificial realizada na propriedade. É prestada assistência técnica às propriedades rurais através dos técnicos da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e também pela Emater/Ascar e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Destaca-se conforme relatos do gestor municipal que desde o ano de 2008 está em funcionamento uma cooperativa, a Cooperyucumã – Cooperativa Mista Yucumã, criada e apoiada pelo poder público, Emater/Ascar e Sindicato de trabalhadores rurais, com o objetivo de realizar o interesse econômico dos seus associados e buscando libertá-los do intermediário na comercialização do leite e outros produtos. Na atualidade a cooperativa conta com mais de 500 famílias associadas, destas 421 são do município de Derrubadas. O principal benefício que a cooperativa trouxe ao pequeno agricultor foi a agregação de valor ao preço do leite, onde o produtor está recebendo em média 26% a mais no preço do litro de leite que antes do seu ingresso na cooperativa. Outro diferencial é a igualdade do valor recebido pelo litro do leite independentemente da quantidade comercializada pelo pequeno produtor, ou seja, o produtor que comercializa 200 litro/mês recebe o mesmo valor pelo preço do litro do que aquele que comercializa 5.000 litro/mês, valorizando assim a produção do pequeno produtor e gerando melhorias de qualidade de vida e satisfação com o meio rural.

Evidencia-se que desde a emancipação e principalmente após o ano de 2000, os administradores municipais tem se preocupado em levar água potável às propriedades rurais, atualmente são poucas as comunidades que não possuem água potável encanada em suas propriedades.

Não se tem, por ser difícil de dimensionar, mas inúmeros foram nas últimas décadas os auxílios a pessoas na zona rural no sentido de que aconteça uma melhor condição de vida nas famílias, através de fornecimento de materiais de construção para reforma de banheiros e residências e também a contemplação com a construção de novas residências através de programas habitacionais encaminhados pelos governos municipal, estadual e federal. Além disso, são fornecidos caixas d água e participação em 50% das despesas da entrada de energia elétrica nas propriedades.

Visando manter a população no meio rural o poder público auxilia no transporte de pessoas que queiram trabalhar em frigoríficos instalados em outro município, Itapiranga/SC, auxiliando no pagamento transporte dos mesmos desde sua propriedade até o local de trabalho e seu regresso até a propriedade.

5.5 SUGESTÕES DE POLÍTICAS E AÇÕES PARA MITIGAR O FENÔMENO MIGRATÓRIO

O fenômeno migratório faz parte, está inserido na formação política, social e econômica do Brasil, deixando marcas determinantes no desenvolvimento histórico e cultural de uma sociedade. Analisando esta abordagem teórica realizada por Führ (2005), reflete-se sobre a realidade local mapeada nesta pesquisa e fazem-se algumas sugestões para que ao longo da história de Derrubadas-RS ocorra a possibilidade de identificar a mitigação migratória.

Prosseguindo este entendimento, sugere-se à Administração Municipal políticas e ações para mitigar, ou seja, para abrandar, aliviar, acalmar o fenômeno migratório no município de Derrubadas-RS, pois, como em todo o Brasil, sabe-se que este processo já possui fatos históricos, e que as pessoas são livres para escolher o local onde desejam fixar residência, buscando a melhoria da qualidade de vida da família.

Constatou-se que o município possui potencial e capacidade para buscar recursos junto as esferas federais, estaduais, e dispõe de recurso para contrapartida com recursos próprios para desenvolver programas e projetos elaborados através de um planejamento estratégico focado para atender as demandas propostas na Tabela 4, possibilitando desta forma a mitigação da migração interna. Como já foi mencionado nas seções anteriores, o trabalho desenvolvimento pelas gestões municipais, em especial a última, procurou atender a população migratória de diferentes formas, porém há a necessidade de focar mais o planejamento para a permanência da população no campo com qualidade de vida, levando em consideração que o município é essencialmente agrícola.

Tabela 4 – Sugestões de Políticas e Ações para a mitigação do fenômeno migratório.

<i>Categoria</i>	<i>Temáticas/Divisões</i>	<i>População Beneficiada</i>
Programas Habitacionais	- Reformas e construção de moradias novas. - Recuperação benfeitorias antigas (galpões, armazéns...).	População rural
Educação	- Ensino Fundamental período integral e voltado para a agricultura familiar. - Continuidade do funcionamento das Escolas Municipais nas localidades do interior do município.	População em geral
Agricultura	- Programas de fomento a agricultura familiar (Pequenos agricultores). - Projeto para cultivo de produtos de subsistência das famílias (diversidade de cultivos).	População rural
Saúde	- Socialização e lazer visando melhoria da qualidade de vida.	População rural
Incentivo Financeiro	- Abertura de pequenas agroindústrias. - Desenvolvimento do Turismo Rural.	População em geral
Tecnologia da informação	- Fornecimento de acesso gratuito a internet para população rural e urbana através do programa de cidades digitais; - Projeto que ofereça treinamento e qualificação gratuitos na área de informática.	População em geral

CONCLUSÃO

Verificou-se com o presente trabalho de pesquisa que o município de Derrubadas-RS já foi uma vasta e extensa área de mata, passando a ser desbravada e colonizada na década de 1930. Inicialmente o serviço era braçal e absorvia a mão de obra familiar, a produção era basicamente de subsistência. Com o passar dos anos, o surgimento das novas gerações, a monocultura e a modernização da agricultura, começou a sobrar mão de obra e o fluxo migratório teve início.

A divisão igualitária no início da colonização, com o passar do tempo tornou-se desigual, pois os grandes agricultores compraram ou exploraram a terra daqueles que sem condições de se manter ou sem poder acompanhar o processo de modernização da agricultura, venderam para procurar melhores condições de vida em outro lugar, ou seja, para migrar para a cidade.

Verificou-se durante a pesquisa que a população do município de Derrubadas-RS no ano de sua emancipação política administrativa, em 1993, totalizava 3845 habitantes, sendo que destes 84,90% residiam na zona rural e 15,10% na zona urbana. Já no censo realizado em 2010 foi registrado o número total de habitantes de 3190, onde 71,76% estão residindo na zona rural e 28,24% na zona urbana. Diante disso, observa-se que a população urbana aumentou constante e consideravelmente no decorrer dos anos, destacando desta forma o porquê da escolha e elaboração do problema de pesquisa deste trabalho.

Destaca-se que o desenvolvimento da pesquisa ocorreu conforme o planejamento realizado, ou seja, objetivos foram propostos ao dar início ao estudo e de acordo com a análise dos resultados alcançados, conclui-se que tanto o objetivo geral quanto os específicos foram alcançados, proporcionando coerência e sentido completo da pesquisa.

Observou-se com a pesquisa que as causas da migração interna no município de Derrubadas-RS foram várias e tiveram relação com diversos fatores ocorridos no Brasil e seu início foi na década de 1970 com a mecanização da agricultura. Pode-se considerar como causas principais da migração interna: a mecanização da agricultura, sobra de mão de obra familiar, falta de oportunidades de trabalho que não fosse na lavoura da família e conseqüentemente saída dos filhos para a cidade, fatores climáticos, terras dobradas, plantio e colheita manual, condições para comprar insumos e demais fertilizantes, falta de incentivo do poder público logo após a emancipação, falta de condições para trabalhar na lavoura – idade

avançada e busca de melhores condições de vida. A maioria, ou seja, 12 dos entrevistados afirmam não estarem arrependidos da decisão tomada, dizem ter enfrentado diversos problemas no começo, mas, que atualmente possuem a qualidade de vida que buscaram quando deixaram o meio rural, os outros 03 entrevistados não se pronunciaram sobre esta situação, levando em consideração a recente migração para a cidade. Percebe-se também que a maioria destes, não apresentam preocupações com problemas futuros, como por exemplo, urbanização, desemprego, entre outros, isto por não possuírem muito conhecimento sobre o assunto.

Ressalta-se como principais consequências identificadas na pesquisa não somente para as famílias migratórias, mas também, para as futuras gestões municipais, que o município está enfrentando baixo contingente populacional, envelhecimento precoce da população e crescimento do número de idosos que migram para a cidade desde sua emancipação política administrativa, dificultando desta forma o desenvolvimento local, os migrantes possuem empregos temporários e não são concursados, ou seja, não possui estabilidade e tampouco apresentam planos de saúde. Há a necessidade de um planejamento estratégico para atender esta realidade, principalmente no que se refere a emprego das famílias que migraram para a cidade, como por exemplo, implantação de indústrias no município para que ao menos assegure esta população que aqui ainda reside.

Ficou demonstrado no presente estudo que as gestões municipais no período de 1993 a 2010 procuraram atender as necessidades básicas da população migratória, realizando ações/políticas públicas em seus governos, porém com mais qualidade e eficiência nas últimas gestões, oferecendo atendimento a saúde de qualidade, acesso a escola, construção de casas habitacionais novas, reforma das moradias, pavimentação de ruas, eletrificação, desenvolvimento de projetos de lazer, incentivo ao desenvolvimento do comércio local, entre outros. Da mesma forma evidenciam-se no trabalho as ações realizadas para permanência da população no meio rural com diferentes programas em desenvolvimento como: patrulha agrícola, programa de troca-troca, incentivo e melhoramento genético do rebanho bovino, bônus leite, incentivo ao cooperativismo, melhoria de saneamento, reformas habitacionais, construção de moradias novas e redes de água.

Com base no conhecimento adquirido durante esta pesquisa e mapeamento da realidade local, propõe-se à Administração Municipal ir além das ações/políticas públicas identificadas e já relacionadas neste texto. Identifica-se a possibilidade e a necessidade de desenvolvimento de planejamento estratégico para atender a população rural, como, incentivo

à diversidade de culturas nas propriedades, projetos para melhoria das benfeitorias e construção de novas moradias de alvenaria, projetos de lazer nas localidades do interior, incentivo a instalação do turismo rural, incentivo a pequenas agroindústrias, incentivo a tecnologia da informação, fazendo assim com que os agricultores se sintam valorizados e com uma qualidade de vida igual as pessoas da cidade, diferenciando-se somente no tipo de trabalho, permanecendo na lavoura e conseqüentemente diminuindo a migração interna no município.

Constatou-se assim, que o problema de pesquisa e os objetivos propostos no início da pesquisa foram atendidos e respondidos, onde houve através da contribuição dos entrevistados a identificação das causas da migração interna no município de Derrubadas-RS ocorridas no período de 1993 a 2010 e as suas conseqüências para a gestão pública municipal, servindo este diagnóstico como mapeamento da realidade local para a Administração Municipal, na pessoa do gestor municipal, analisar, avaliar e usar como ponto de partida para planejamento de políticas públicas para atender e ou reduzir a migração interna no município, bem como, atender as famílias que já migraram e fazer com que as demais permaneçam na zona rural.

Evidencia-se ainda, que a hipótese, “resposta provisória” a questão da pesquisa foi confirmada após conclusão do trabalho, podendo ser identificada facilmente no decorrer do texto, onde a ocorrência da migração interna se originou principalmente devido à descapitalização dos produtores rurais, agricultura extensiva, monocultura, concentração fundiária, envelhecimento da população e impossibilidade de continuar na atividade, e acesso aos serviços de saúde, educação, sociais, religião e outros com maior facilidade.

Dentre as limitações ocorridas durante o desenvolvimento da pesquisa, considera-se o sentimento de constrangimento em alguns dos entrevistados ao iniciar a pesquisa, levando em consideração a falta de conhecimento destes sobre o assunto em questão e por ser a primeira vez que foram entrevistados.

Ao concluir esta pesquisa fica como sugestão a necessidade de um trabalho mais específico, por parte da Administração Municipal, através dos gestores municipais mencionados no decorrer deste trabalho, que contemple os problemas com urbanização, impactos ambientais, desemprego, violência e desenvolvimento local que posteriormente poderão vir ocorrer pela constante migração interna, diminuição da população e envelhecimento precoce da população. Pensa-se que será de grande importância a continuidade da especificação deste diagnóstico, com a finalidade de garantir o futuro das

próximas gerações, bem como, para que os munícipes possam permanecer residindo no município, desempenhando suas funções, implementando novas melhorias e qualidade de vida, que os agricultores possam permanecer em suas propriedades em atividade e com condições dignas de sobrevivência.

A realização deste curso de Pós-Graduação proporciona conhecimento e condições de análise e visualização do andamento do trabalho em equipe das lideranças da gestão municipal, onde percebe-se a falta de entendimento sobre a realização de diagnósticos e sua importância, planejamento estratégico, plano de ação, agenda governamental, enfim a área da gestão pública municipal, demonstrando insuficiência de planejamento estratégico e atendimento em determinadas áreas, como por exemplo, a mitigação da migração interna no município, levando em consideração que para a qualidade das atividades governamentais “mapear problemas e planejar é preciso” para possíveis e futuras soluções de problemas que poderão marcar historicamente a vida da população.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de; RIGOLIN, Tércio Barbosa. **Geografia**. Ática, 2005. 4ed. 448p.
- ALMEIDA, M. I. R. **Manual de planejamento estratégico**. São Paulo: Atlas, 2003.
- CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **A Utilização do Planejamento Estratégico Situacional (Pes) e da Pedagogia Libertadora na Elaboração do Plano Municipal de Educação do Município de Pacoti – Ceará**. V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 19 a 22-setembro 2005. Disponível em <http://www.paulofreire.org.br/pdf/relatos_experiencia/AUTILI1.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2011.
- BAGEGA, Almir José. **Ações do poder público, incentivos, cooperativismo**. Derrubadas: Prefeitura Municipal, 2010. (Comunicação Oral)
- CARVALHO, JOSÉ A.; FERNANDES, FERNANDO. **Estimativas dos saldos migratórios e taxas líquidas de migração das Unidades da Federação e grandes regiões do Brasil. 1994**. Disponível em: www.cedeplar.ufmg.br. Acesso em 05 de outubro de 2011.
- COSTA, Marli Arado. **Planejamento Orçamentário: Uma ferramenta para a concretização dos objetivos do planejamento estratégico**. Manuscrito. Monografia Especialização – Curso de Gestão Pública Legislativa, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Brasília, 2011, 91f. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/6664/planejamento_%20orcamentario_costa.pdf?Sequence=1>. Acesso em 20 de outubro de 2011.
- COSTA, Hélio B. **Planejamento Estratégico – Projeto Euro Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Brasília. 2004. Disponível em <http://vsites.unb.br/ciord/informacoes/material/planejamento_estrategico/planejamento%20situacional7.pdf>. Acesso em 04 de outubro de 2011.
- CUNHA, Noel Gomes da; SILVEIRA, Ruy José Costa da; SEVERO, Carlos Roberto Soares. **Estudo de solos do município de Derrubadas-RS**. Disponível em <www.cpact.embrapa.br/publicacoes/download/circulares/Circular_51.pdf> Acesso em 16 de setembro de 2011.
- DAGNINO, Renato Peixoto. **Planejamento Estratégico Governamental**. Florianópolis. Capes; UAB, 2009, 166p.
- DERRUBADAS. Departamento de engenharia. Mapa do município. 1993.
- _____. Decreto Municipal nº 012/2010, de 30 de abril de 2010.
- _____. Lei nº 833/2009, de 16 de Dezembro de 2010.
- _____. Lei nº 927/2011, de 06 de Outubro de 2011.
- _____. Lei nº 811/2009, de 03 de Setembro de 2009.
- _____. Foto aérea do município. 2010.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

- FERREIRA, Maraisa Angélica D. et al. **A importância do Planejamento Estratégico para o Crescimento das Empresas.** Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais, v. 2, n. 1, p.34-39, jan./jun. 2005.
- FUHR, Cristiane. **Um olhar sobre o êxodo rural no município de Derrubadas/RS.** Getúlio Vargas/RS: IDEAU, 2005. Especialização (Pós Graduação em Educação) – Programa de Pós-graduação em Geografia e História, Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai, Getúlio Vargas, 2005.
- GARCIA, HELIO Carlos; GARAVELLO, Tito Marcio. **Geografia: de olho no mundo do trabalho.** São Paulo: Scipione, 2005. 1ed. 432p.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Material elaborado na DERA 005 (Métodos de Pesquisa do curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul – UFRGS. 2008. 121p.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GRANJA, Sandra Inês Baraglio. **Elaboração e Avaliação de Projetos.** Florianópolis. Capes; UAB, 2010. 122p.
- IBGE. Bancos de dados. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em <ww.ibge.gov.br> Acesso em 17 de setembro de 2011.
- IMDH. Glossário. Disponível em <http://www.migrante.org.br/glossario.htm>. Acessado em 18 de setembro de 2011.
- INCRA. **Numero de propriedades por faixa de tamanhos.** Disponível em <https://snr.serpro.gov.br/SIR/FormLogon.html.>. Acesso em 17 de setembro de 2011.
- LOPES, Fátima, M. Rosa; DANETTE, Vera Regina (org). **Memórias de Tenente Portela e municípios descendentes.** Ijuí. Unijui. 2006.
- LOPES, R. **A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades.** Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea.** São Paulo: Atlas, 2009.
- MARTINE, George. **Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações.** Documento de Trabalho - no. 11, ISPN, abril de 1992.
- MEIRELLES, Anthero M. **O planejamento estratégico no Banco Central do Brasil e a viabilidade estratégica em uma unidade descentralizada da autarquia: um estudo de caso.** Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG/FACE, 1995.
- MOTTA, P. R. Gestão estratégica. In: VERGARA S. C.; CORRÊA, V. L. A. **Propostas para uma gestão pública municipal efetiva.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; OLIVEIRA, Antonio Tadeu Ribeiro de. (org). **Reflexões Sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil.** Rio de Janeiro. IBGE, 2011. p.103.
- OLIVEIRA, Djalma P. R. **Planejamento estratégico: conceito, metodologia, práticas.** São Paulo: Atlas, 2008.
- OLIVEIRA, Djalma P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e práticas.** São Paulo: Atlas, 2002.

PFEIFFER, P. **Planejamento estratégico municipal no Brasil: uma nova abordagem**. Brasília: Enap, out. 2000. Textos para Discussão, n. 37.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento estratégico municipal como proposta de desenvolvimento local e regional de um município paranaense**. Revista FAE, Curitiba, v.9, n.2, p.87-104, jul./dez. 2006. Disponível em < www.fae.edu/publicacoes/fae_v9_n2/08_Denis_Rezende.pdf >. Acesso em 04 de outubro de 2011.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria de Meio Ambiente – Fundação de Proteção ao Meio Ambiente. Informações Disponíveis em < <http://www.sema.rs.gov.br/> >. Acesso em 17 de setembro de 2011.

_____. **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Disponível em < <http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=448> >. Acesso em 17 de setembro de 2011.

_____. Secretaria de Meio Ambiente – Fundação Zoobotânica do Rio Grande do sul. Informações disponíveis em < <http://www.fzb.rs.gov.br/> >. Acesso em 17 de setembro de 2011.

ROSSO, Vagner Fantinel de. **A redução gerencial e a transposição do planejamento estratégico no Banco Central do Brasil**. Porto Alegre/RS: UFRGS, 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração. UFRGS, 2011.

SANTOS, L. A. dos; CARDOSO, R. L. dos S. **Avaliação de desempenho da ação governamental no Brasil: problemas e perspectivas**. In: CONCURSO DE ENSAYOS DEL CLAD, 2001. Caracas.

SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. **Geografia**. Scipione, 2001. 1ed. 499p.

KROUCHER, Ademir Barbosa. **Migrações internas no Rio Grande do Sul: Os novos cenários da desconcentração espacial urbano-regional**. Porto Alegre/RS: UFRGS, 2006. Tese de mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós-graduação em Sociologia. Porto Alegre, 2006. 171p. Disponível em < <http://hdl.handle.net/10183/8274> >. Acesso em 05 de outubro de 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1997.

APÉNDICES

APÊNDICE A – ENTREVISTA

1 Identificação:

1.1 Nome:

1.2 Idade:

1.3 Estado Civil:

1.4 Número de componentes na família:

1.5 Moradia (própria, alugada...):

2 Entrevista com famílias migrantes.

2.1 Em que ano ocorreu a migração para a área urbana do município?

2.2 Por que a sua família mudou-se para a cidade?

2.3 O que vocês produziam antes da migração?

2.4 Vocês tinham terra própria? E o maquinário era de vocês?

2.5 A família está satisfeita com a opção de escolha de vida?

2.6 Se fosse hoje a tomada de decisão de migrar seria a mesma? Porquê?

2.7 Quais foram as mudanças ocorridas após a migração?

2.8 A atual casa é própria ou alugada? Em quais condições se apresenta a estrutura da área construída?

2.9 Atualmente, qual a fonte de renda da família?

2.10 A família recebeu algum incentivo ou melhoria de atendimento às necessidades básicas após a migração? Se sim, por favor detalhe como foi tal incentivo ou melhoria.

2.11 A família foi beneficiada com ações do poder público para permanecer no campo? Quais?

2.12 Você gostaria de fazer outro comentário sobre a migração para a cidade?

ANEXOS

LEI MUNICIPAL Nº 833/2009

CRIA O “PROGRAMA RENDA LEITE I”, INSTITUI BÔNUS PARA COMERCIALIZAÇÃO FORMAL DE LEITE, AUTORIZA FIRMATURA DE CONVÊNIO COM EMPRESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALMIR JOSE BAGEGA, prefeito Municipal de Derrubadas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER, que o Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

L E I:

Art. 1º- Fica instituído no município de Derrubadas, por meio da Secretaria Municipal da Agricultura, o “**Programa Renda Leite I**”.

Parágrafo único: O programa disposto no *caput* deste artigo prevê o incentivo a atividade leiteira por meio da emissão de nota fiscal de produtor rural, por meio da concessão de R\$ 0,005 (meio centavo de real), para cada litro de leite comercializado com nota fiscal de produtor, a partir do mês de janeiro de 2010, para os produtores cadastrados junto ao Programa Renda Leite I, do Município de Derrubadas.

Art. 2º - O valor concedido como incentivo será pago através de bônus, emitido pela Secretaria Municipal da Agricultura, mediante a apresentação do Bloco de Produtor Rural.

Parágrafo único: A Secretaria da Agricultura somente concederá bônus após a conferência da quantidade de litros de leite registrada no Bloco de Produtor Rural contendo a Contra Nota emitida pela empresa compradora.

Art. 3º - A utilização do bônus será prioritariamente para o produtor rural custear a compra de semente de pastagens, milho e insumos(adubo químico e adubo orgânico e uréia) e custear despesas da propriedade rural em geral.

Art. 4º - A regulamentação desta Lei de incentivo, bem como a formatação de modelo do Bônus, dar-se-ão por meio de Decreto Municipal.

Art. 5º - Para execução do Programa Renda Leite I, fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com Empresas estabelecidas no Município de Derrubadas, legalmente constituídas para fornecimento dos produtos referidos no Art. 3º da presente Lei.

Parágrafo Único: As Empresas conveniadas deverão estar constituídas legalmente na Divisão de Tributos do Município de Derrubadas, possuir Alvará de Funcionamento e Alvará Sanitário.

Art. 6º - A despesa que se refere esta Lei correrá por conta de dotação orçamentária: 2.012 - Fundo Municipal de Agricultura. 33904800000000 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Derrubadas/RS, aos 16 dias do mês de dezembro de 2009.

ALMIR JOSE BAGEGA
PREFEITO MUNICIPAL

Registre e Publique-se
Aos 16/12/2009.

Helio Lampert
Sec. Mun. Administração.

ANEXO B – Decreto Municipal nº 012/2010.

Decreto Municipal nº 012/2010

Dispõe sobre a concessão de incentivo a produção de leite no município de Derrubadas e dá outras providências.

ALMIR JOSÉ BAGEGA, Prefeito do Município de Derrubadas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista a edição da Lei Municipal nº 833/2009, que criou o “Programa Renda Leite I” ,

D E C R E T A:

Art. 1º - O Programa de Incentivo Renda Leite I, criado por meio da Lei Municipal nº 833/2009, é regulamentada por meio deste Decreto, contendo as disposições específicas de modo a promover a execução do objeto, envolvendo agricultores, comércio local e Poder Executivo.

Art. 2º - O programa contemplará o pagamento do valor de R\$ 0,005 (meio centavo de real), para cada litro de leite comercializado e devidamente registrado com a emissão da Nota Fiscal de Produtor Rural com sede na cidade de Derrubadas/RS e a comprovação da respectiva contra-nota fiscal da empresa compradora.

Art.3º - Serão contemplados os agricultores que iniciarem a atividade a contar do mês de janeiro de 2010 e devidamente cadastrados junto a Secretaria Municipal de Agricultura de Derrubadas.

Parágrafo único: Fica desde já determinado à Secretaria da Agricultura para que proceda na elaboração de formulário de cadastramento de agricultores interessados no benefício estipulado com o presente Decreto, mantendo dados cadastrais completos.

Art.4º- A Secretaria da Agricultura irá providenciar no cálculo trimestral do benefício, por meio de conferência direta no Bloco de Produtor Rural e Contra-Nota Fiscal, emitindo instrumento de autorização de gasto no comércio local.

Parágrafo único: A utilização do bônus será prioritariamente para o produtor rural custear a compra de semente de pastagens, milho e insumos (adubo químico e adubo orgânico e uréia), bem como para custear despesas da propriedade rural em geral.

Art. 5º - O comércio local, por meio do representante legal, que desejar participar do programa de incentivo deverá assinar instrumento de aceite, em formulário próprio fornecido pela Secretaria da Administração.

Art.6º - O agricultor beneficiado e integrante do programa de incentivo a produção leiteira poderá utilizar o referido bônus para o pagamento de compras realizadas no comércio local.

Art.7º - O comerciante, para fazer *jus* a troca dos bônus acumulados por dinheiro, deverá apresentar junto ao Poder Executivo, setor da Secretaria Municipal da Fazenda, o conjunto de notas (bônus) onde a tesouraria deverá promover o ressarcimento em pecúnia ou compensação financeira de débitos com o Poder Executivo.

Art.8º - Revogam-se as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2010.

Almir José Bagega

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Aos 30/04/2010.

Helio Lampert

Sec. Mun. Administração.